



GOVERNO
DOS AÇORES

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
XIV GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

ORAA

2025

ORÇAMENTO DA
REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES

PROPOSTA

ORAA

2025 ORÇAMENTO DA
REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES

RELATÓRIO



GOVERNO
DOS AÇORES

Índice

Índice de Quadros	4
Índice de Gráficos	5
Índice de Anexos	5
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	6
1. INTRODUÇÃO.....	9
2. EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA REGIONAL	11
3. EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS	17
3.1 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA.....	17
3.1.1 RECEITA	17
3.1.2 DESPESA	18
3.2 SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS.....	20
3.2.1 RECEITA	20
3.2.2 DESPESA	20
3.3 ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS	22
3.3.1 RECEITA	22
3.3.2 DESPESA	23
4. CENÁRIO MACROECONÓMICO 2025-2026	25
5. PREVISÃO ORÇAMENTAL.....	30
5.1 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA.....	31
5.1.1 RECEITA	31
5.1.2 DESPESA	35
5.2 SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS.....	38
5.2.1 RECEITA	38
5.2.2 DESPESA	38
5.3 ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS	40
5.3.1 RECEITA	40
5.3.2 DESPESA	40
5.4 SETOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO REGIONAL.....	42
6. DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL.....	44
6.1 DIRETA	44
6.2 INDIRETA.....	47
6.2.1 AVALES.....	47
6.2.2 CARTAS DE CONFORTO	48
7. TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTAIS.....	50
7.1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL	50
7.2 SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL.....	50
8. SITUAÇÃO FINANCEIRA.....	52
8.1 SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS.....	52
8.2 SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL.....	52
9. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	54
10. QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL.....	55
11. OUTROS ANEXOS INFORMATIVOS.....	57
11.1 EQUIDADE INTERGERACIONAL	57
ANEXOS	60

Índice de Quadros

Quadro 1: Execução orçamental da receita em 30.09.2024 - subsetor da ARD.....	17
Quadro 2: Estrutura da receita da RAA em 30.09.2024 - subsetor da ARD.....	18
Quadro 3: Execução orçamental da despesa em 30.09.2024 - subsetor da ARD.....	18
Quadro 4: Despesa por classificação económica e natureza em 30.09.2024 - subsetor ARD.....	19
Quadro 5: Execução orçamental da receita em 30.09.2024 - subsetor dos SFA.....	20
Quadro 6: Execução orçamental da despesa em 30.09.2024 - subsetor dos SFA.....	21
Quadro 7: Execução orçamental da despesa em 30.09.2024 por departamento - subsetor dos SFA.....	21
Quadro 8: Execução orçamental da receita em 30.09.2024 - subsetor das EPR.....	22
Quadro 9: Execução orçamental da despesa em 30.09.2024 - subsetor das EPR.....	23
Quadro 10: Execução orçamental da despesa em 30.09.2024 por departamento - subsetor das EPR.....	24
Quadro 11: Cenário macroeconómico da RAA 2023-2026.....	26
Quadro 12: Síntese do ORAA.....	30
Quadro 13: Mapa de origem e aplicação de fundos.....	31
Quadro 14: Receita efetiva da RAA.....	31
Quadro 15: Receita fiscal da RAA.....	32
Quadro 16: Estrutura da despesa total - subsetor da ARD.....	35
Quadro 17: Despesa total por classificação orgânica - subsetor da ARD.....	36
Quadro 18: Despesas de investimento por departamento - subsetor da ARD.....	37
Quadro 19: Despesa total por classificação funcional - subsetor da ARD.....	37
Quadro 20: Resumo da receita para 2025 - subsetor dos SFA.....	38
Quadro 21: Resumo da despesa para 2025 - subsetor dos SFA.....	39
Quadro 22: Despesa por classificação orgânica para 2025 - subsetor dos SFA.....	39
Quadro 23: Resumo da receita para 2025 - subsetor das EPR.....	40
Quadro 24: Resumo da despesa para 2025 - subsetor das EPR.....	41
Quadro 25: Despesa por classificação orgânica para 2025 - subsetor das EPR.....	41
Quadro 26: Orçamento consolidado do SPAR.....	42
Quadro 27: <i>Stock</i> da dívida direta da RAA a 30.09.2024.....	44
Quadro 28: Encargos assumidos e não pagos (contas a pagar).....	46
Quadro 29: Prazo médio de pagamento a fornecedores.....	47
Quadro 30: Responsabilidades com avales a 30.06.2024.....	48
Quadro 31: Responsabilidades com cartas de conforto a 30.06.2024.....	49
Quadro 32: Transferências para as autarquias locais.....	50
Quadro 33: Transferências para as empresas públicas.....	51
Quadro 34: Dívida financeira das entidades do SPER a 30.06.2024.....	53
Quadro 35: Responsabilidades contratuais vencidas e vincendas com PPP.....	54
Quadro 36: Quadro plurianual de programação orçamental 2025-2028.....	56
Quadro 37: Equidade intergeracional.....	58

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução do PIB a preços correntes e do PIB <i>per capita</i> dos Açores 2016-2022	11
Gráfico 2: Principais setores em termos de VAB, por ano, nos Açores 2016-2022	13
Gráfico 3: Top 5 setores em termos de pessoal ao serviço nos estabelecimentos, por ano, nos Açores 2016-2022	13
Gráfico 4: Principais setores de especialização no VAB, por ano, nos Açores 2016-2022	14
Gráfico 5: Top 5 setores de especialização no emprego (pessoal ao serviço nos estabelecimentos), por ano, nos Açores 2016-2022	15
Gráfico 6: População ativa, população desempregada e taxa de desemprego nos Açores 2016-2023	16
Gráfico 7: Crescimento do PIB a preços constantes na RAA e no conjunto do país 2023-2026	27
Gráfico 8: Indicador da atividade económica e do consumo privado dos Açores janeiro 2020 - julho de 2024	28
Gráfico 9: Previsão da taxa de inflação (média dos últimos 12 meses) dos Açores e de Portugal até 2025, medida através do IPC janeiro 2020 - dezembro 2025	28
Gráfico 10: Previsão da evolução do mercado de trabalho nos Açores 2023-2026	29

Índice de Anexos

Quadro A 1: Balanço provisório dos SFA em 30.06.2024 - Ativo	61
Quadro A 2: Balanço provisório dos SFA em 30.06.2024 - Capital Próprio e Passivo.....	63
Quadro A 3: Participações da RAA nas entidades do SPER em 30.06.2024.....	65
Quadro A 4: Balanço provisório das entidades do SPER em 30.06.2024 - Ativo.....	66
Quadro A 5: Balanço provisório das entidades do SPER em 30.06.2024 - Capital Próprio.....	67
Quadro A 6: Balanço provisório das entidades do SPER em 30.06.2024 - Passivo.....	68
Quadro A 7: Condições de financiamento das entidades do SPER em 30.06.2024 - MLP.....	69
Quadro A 8: Condições de financiamento das entidades do SPER em 30.06.2024 - CP	74

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ADSE	Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.
ALRAA	Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
ARD	Administração Regional Direta
AVEA	Associação para a Valorização Económica dos Açores
Azorina	Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.
Bankinter	Bankinter, S.A.
BBVA	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.
BCE	Banco Central Europeu
BCP	Banco Comercial Português, S.A.
BdP	Banco de Portugal
BEI	Banco Europeu de Investimento
BI	Banco Invest, S.A.
BIC	Banco BIC Português, S.A.
BK	BEKA Finance, Sociedad de Valores, S.A.
BPG	Banco Português de Gestão, S.A.
BPI	Banco Português de Investimento, S.A.
BST	Banco Santander Totta, S.A.
CA	Crédit Agricole Corporate and Investment Bank
CBI	Caixa - Banco de Investimento, S.A.
CCAMA	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, C.R.L.
CCCAM	Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L.
CEFAPA	Centro de Formação da Administração Pública dos Açores
CEMAH	Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A.
CGA	Caixa Geral de Aposentações, I.P.
CGD	Caixa Geral de Depósitos, S.A.
COA	Centro de Oncologia dos Açores Prof. Doutor José Conde
CP	Curto Prazo
CQA	Centro de Qualificação dos Açores, IPRA
DB	Deutsche Bank Aktiengesellschaft
Dexia	Dexia Crédit Local
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
DLR	Decreto Legislativo Regional
E.P.E.R.	Entidade Pública Empresarial Regional
EBI	Escola Básica e Integrada
EBS	Escola Básica e Secundária
EDA	Empresa de Eletricidade dos Açores, S.A.
EPhR	Empresa(s) Pública(s) não Reclassificada(s)
EPR	Empresa(s)/Entidade(s) Pública(s) Reclassificada(s)
ERSARA	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores
ES	Escola Secundária
FE	Fundo Escolar
FEF	Fundo de Equilíbrio Financeiro
FFF	Fundo de Financiamento das Freguesias
FRACDE	Fundo Regional de Apoio à Coesão e Desenvolvimento Económico
FRCT	Fundo Regional da Ciência e Tecnologia
FRE	Fundo Regional do Emprego

FRTT	Fundo Regional dos Transportes Terrestres, I.P.R.A.
FSM	Fundo Social Municipal
FUNDOPESCA	Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores
GRA	Governo Regional dos Açores
HDES	Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R.
HH	Hospital da Horta, E.P.E.R.
HSEIT	Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R.
I.P.	Instituto Público
I.P.R.A.	Instituto Público Regional
IABA	Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas
IAMA	Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas
IEC	Impostos Especiais de Consumo
IHPC	Índice harmonizado de preços no consumidor
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.
INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos
ISSA	Instituto da Segurança Social dos Açores, I.P.R.A.
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IUC	Imposto Único de Circulação
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LEO	Lei de Enquadramento Orçamental
LEORAA	Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores
LFRA	Lei das Finanças das Regiões Autónomas
LOE	Lei do Orçamento do Estado
LOTAÇOR	Serviço de Lotas dos Açores, S.A.
MLP	Médio e Longo Prazo
Montepio	Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A.
NB	Novo Banco, S.A.
NBAçores	Novo Banco dos Açores, S.A.
OE	Orçamento do Estado
OPERPDL	Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.
OPERTERCEIRA	Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.
OPERTRI	Sociedade de Operações Portuárias, Lda.
ORAA	Orçamento da Região Autónoma dos Açores
PIB	Produto Interno Bruto
PJCSC	Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.
PMP	Prazo médio de pagamento a fornecedores
PPP	Parcerias Público-Privadas
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
QL	Quociente de localização
QPPO	Quadro plurianual de programação orçamental
RAA	Região Autónoma dos Açores

RCG	Resolução do Conselho do Governo
RCI	RCI Banque - Sucursal Portugal
RFALEI	Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
RIAC	Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, I.P.
RNAP	Reposições não abatidas nos pagamentos
SATA	Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A.
SAUDAÇOR	Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A.
SCUT	Sem Cobrança ao Utilizador
SEC	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais
SEGMA	Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.
SFA	Serviço(s) e Fundo(s) Autónomo(s)
SINAGA	Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, S.A.
SPAR	Setor Público Administrativo Regional
SPER	Setor Público Empresarial Regional
SPRHI	Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-Estruturas, S.A.
SRAA	Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação
SRAAC	Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática
SRAPC	Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades
SREA	Serviço Regional de Estatística dos Açores
SRECD	Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto
SRFPAP	Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
SRJHE	Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego
SRMP	Secretaria Regional do Mar e das Pescas
SRPCBA	Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores
SRS	Serviço Regional de Saúde
SRSSS	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social
SRTMI	Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
SS	Segurança Social
UE	União Europeia
USI	Unidade(s) de Saúde de Ilha
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VPGR	Vice-Presidência do Governo Regional

1. INTRODUÇÃO

A presente proposta de Orçamento para 2025 enquadra-se num contexto de incerteza macroeconómica, caracterizada por diversas pressões externas. Desde logo, os elevados níveis das taxas de juro e dos preços dos bens energéticos e alimentares, bem como o abrandamento da procura de bens de investimento e duradouros, têm condicionado substancialmente o desempenho das economias europeias, sobretudo no setor industrial. A intensificação das tensões geopolíticas no Médio Oriente e a manutenção do conflito armado na Ucrânia constituem fatores de risco incontornáveis no cenário macroeconómico mundial.

Não obstante as pressões internas sobre os preços permanecerem elevadas, em virtude do crescimento acentuado dos salários, é facto que têm vindo a registar uma moderação e a ser acomodadas, ainda que parcialmente, pelos lucros das empresas.

Apesar da restritividade da política monetária que tem limitado a atividade económica, resultando na retração do investimento e do consumo privado, a dinâmica da inflação registada desde o final de 2023 aponta para o decréscimo destes fatores de pressão, de que é exemplo o preço das matérias-primas energéticas.

Efetivamente, desde a reunião do BCE de setembro de 2023 até à de junho de 2024 a inflação na zona euro decresceu mais de 2,5 pontos percentuais, dados que, aliados às perspetivas de continuação do processo de desinflação em curso, justificaram a inversão da política monetária, com três descidas (em junho, setembro e outubro) das taxas de juro diretas em 25 p.b..

As mais recentes projeções deste organismo deixam antever que se atinja o objetivo de médio prazo de 2% em 2026.

Neste contexto, o XIV Governo Regional pretende continuar a reforçar a sua opção por uma política de financiamentos a taxa fixa, prosseguindo, deste modo, uma política de estabilidade orçamental, no que se refere aos encargos correntes com a dívida. Não obstante o reforço de emissões a taxa fixa, na componente da dívida regional indexada a taxa variável, a mais recente evolução dos mercados financeiros determina a inscrição, em 2025, de uma dotação orçamental de 70 milhões de euros, montante que não representa qualquer acréscimo homólogo face ao período anterior.

Assim, a opção plasmada na proposta de Orçamento da Região para 2025 assenta, uma vez mais, num quadro orçamental prudente, consubstanciado no refinanciamento e na gestão criteriosa da dívida, nomeadamente, através de uma operação de transformação de dívida comercial do Serviço Regional de Saúde, em dívida financeira, à semelhança da realizada em 2024, desde que devidamente autorizada em sede de LOE.

Esta operação irá reduzir os custos do SRS uma vez que os encargos associados ao financiamento são substancialmente inferiores aos associados à dívida comercial.

Para 2025 prevê-se, a título excecional, o recurso ao endividamento de modo a garantir a execução integral de projetos financiados por fundos comunitários, nomeadamente o PRR, o qual apenas se concretizará caso, e na medida em que, a LOE não preveja um reforço das receitas da Região.

Adicionalmente, mantém-se a possibilidade de renegociação, com vista à minimização de custos, da dívida existente, alterando condições contratuais de diversos empréstimos, com rigor e eficiência. Esta opção é mais um contributo na prossecução do princípio da equidade intergeracional, procurando não onerar as gerações futuras com custos de políticas públicas das quais não serão beneficiárias.

Este Orçamento promove o investimento privado e público, em particular nos setores com maior impacto no desenvolvimento económico da Região, e visa corresponder aos principais desafios sentidos pelas famílias e pelas empresas.

O investimento público direto do Governo Regional ascende a 818,8 milhões de euros, o que representa um aumento de 7,6 % em relação a 2024, capaz de garantir uma adequada resposta ao atual contexto macroeconómico. Por outro lado, as transferências da UE, estimadas em 400 milhões de euros, continuam a revelar-se essenciais à execução financeira do plano de investimentos, assim como as transferências do OE, na ordem dos 346,4 milhões de euros.

Apesar da contenção imposta às despesas de funcionamento, prevê-se um ajustamento, inferior à taxa de inflação prevista para 2025, nas verbas afetas à aquisição de bens e serviços e de bens de capital e, em paralelo, um esforço adicional na capacitação dos setores da saúde e da educação.

Ao reafirmar o compromisso da Região com uma gestão orçamental rigorosa, este Orçamento tem uma função estabilizadora reforçada, ao apoiar os mais vulneráveis, mas sem descurar a sustentabilidade das finanças públicas.

Sublinhe-se que, nos anos de 2021 e 2022, o PIB nominal da Região cresceu 946,4 M€, o que representa quase o dobro do crescimento verificado no período 2013 - 2020 (510,3 M€). Estima-se, em 2023, a continuidade desta trajetória, com um aumento significativo, na ordem dos 517,3 M€.

2. EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA REGIONAL

Apesar do contexto inflacionista, assiste-se a uma aceleração do crescimento económico nos anos de 2021 e 2022.

De uma forma geral, até 2019 a economia da RAA apresentou uma tendência de crescimento (Gráfico 1). Em particular, entre 2016 e 2019, a taxa de crescimento média anual do Produto Interno Bruto (PIB) dos Açores foi de 4%.

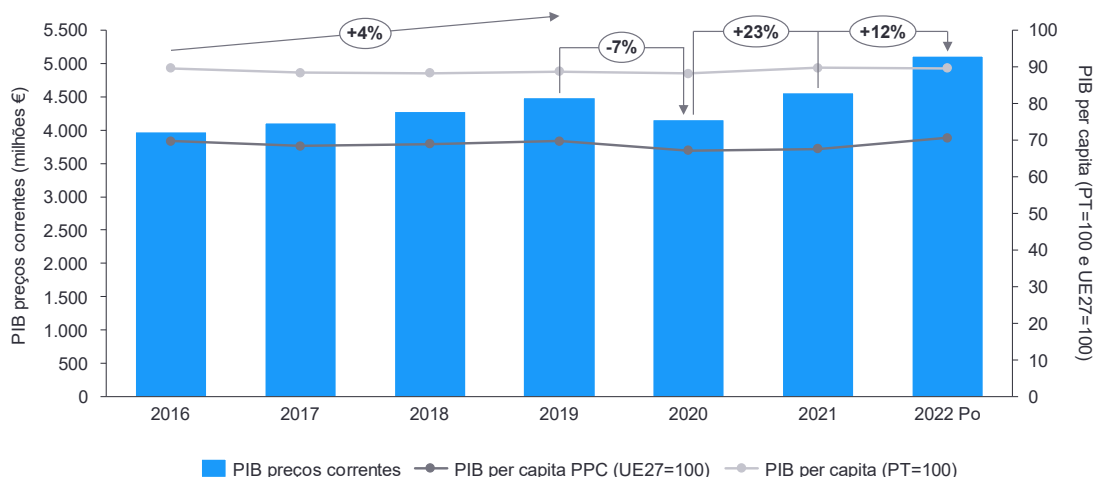
Apesar desta tendência positiva, o aumento da riqueza, no geral, não foi acompanhado por uma aproximação ao nível de produção médio por habitante do país e da UE. Em 2019 o PIB *per capita* dos Açores era de cerca de 88,7% do PIB *per capita* de Portugal e 69,7% do PIB *per capita* da UE.

A tendência de crescimento do PIB foi interrompida, em 2020, devido à pandemia da COVID-19 e do seu impacto na economia nacional, tendo afetado, sobretudo, setores dependentes da circulação de pessoas (como o turismo) e de bens (como a indústria). Como resultado, o PIB dos Açores caiu 7%, face a 2019. Assim, por via da maior exposição à procura turística, que foi fortemente limitada no ano de 2020, o PIB *per capita* regional divergiu ligeiramente face à média nacional (para 88,2% em 2020).

No entanto, o PIB *per capita* demonstra uma recuperação significativa desde 2020.

Segundo os dados provisórios do INE, entre 2020 e 2022 a economia açoriana cresceu 23%, passando a representar 89,7% do PIB *per capita* nacional e 70,6% do PIB *per capita* da UE, os valores mais elevados desde 2016.

Gráfico 1: Evolução do PIB a preços correntes e do PIB *per capita* dos Açores | 2016-2022



Fonte: INE - Contas Económicas Regionais.

A capacidade de resposta das instituições da Região permitiu que, a partir de março de 2021, se tenha verificado a recuperação do consumo privado e, a partir de maio de 2021, da atividade económica. Isto resultou da implementação de medidas responsáveis na gestão do sensível equilíbrio entre a salvaguarda da saúde pública e a preservação do tecido empresarial. Em resultado, o ano de 2021 foi marcado pela recuperação total do PIB em valor face à perda de 2020 (+10%).

Já no ano 2022, num contexto de regresso à normalidade pré-pandemia, onde a procura turística na Região (medida em número de dormidas) ultrapassou os valores de 2019, observou-se um forte crescimento da atividade económica e, em menor escala, do consumo privado.

Em 2023, com a normalização da atividade económica, verifica-se uma desaceleração deste crescimento, refletindo os efeitos da política monetária face às pressões inflacionistas. De acordo com a informação divulgada pelo SREA, em 2023, os indicadores de atividade económica e do consumo privado registaram um aumento médio anual de 2,6% e 2,4%, respetivamente (em 2022 o crescimento destes indicadores foi de 8,6% e 6,1%, respetivamente).

O destaque do comércio e indústrias transformadoras na geração de riqueza, a consolidação da importância do turismo e a especialização no setor primário

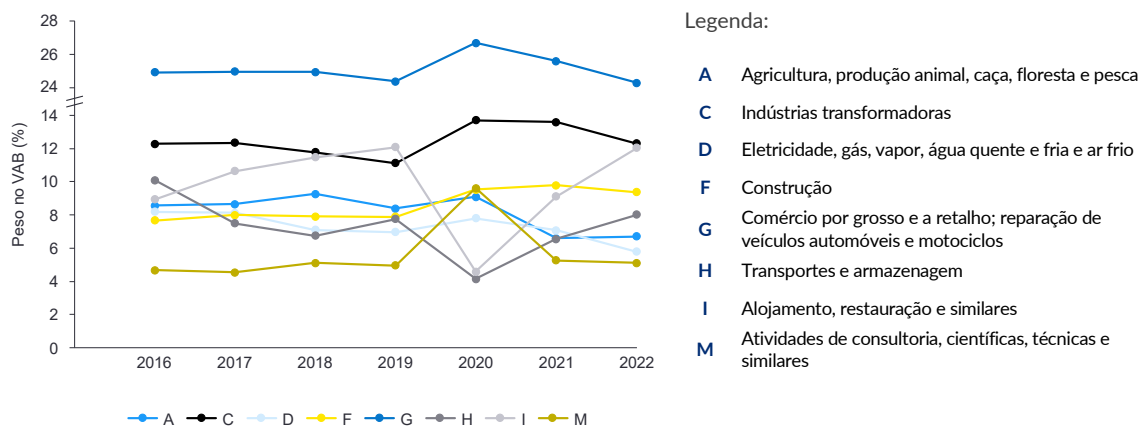
A nível económico, a economia da Região apresentou durante o período pandémico, em 2020, uma tendência de recomposição dos setores de atividade (Gráfico 2). Em particular, o Comércio (G) e as Indústrias transformadoras (C) foram beneficiados, verificando-se um decréscimo da representatividade do setor Alojamento e restauração (I), bem como dos Transportes e armazenagem (H). No entanto, estes últimos setores têm recuperado de forma positiva desde então, alcançando valores pré-pandemia e aumentando, assim, a sua relevância.

O setor do Comércio (G), o mais relevante em termos de VAB nos Açores, observou uma diminuição do seu peso relativo em 2022, atingindo 24,2% do total do VAB gerado na Região (era de 26,7% em 2020). De igual forma, as Indústrias transformadoras (C), o segundo setor que mais contribui para a criação de riqueza nos Açores, também viram o seu peso diminuir em 2022, registando 12,3% do total do VAB nos Açores (era de 13,7% em 2020).

Nos últimos anos verificou-se uma tendência de crescimento da relevância do setor do turismo, que se manifesta no posicionamento das atividades de Alojamento, restauração e similares (I) entre os 5 principais setores em 2016 (Gráfico 2). Em 2019 este setor chegou mesmo a ocupar a segunda posição, tendo um peso de 12,1% no VAB dos Açores. No entanto, as restrições impostas pelo combate à pandemia provocaram uma queda acentuada na riqueza produzida por este setor em 2020, que, ainda assim, demonstra sinais de resiliência tendo, em 2022, reocupado a sua posição de destaque enquanto terceiro setor que mais contribuiu para o VAB da Região (12,0% do total).

Com a recuperação da atividade económica observada em 2021, face a 2020, verificou-se não apenas um retorno aos valores do VAB dos anos pré-pandemia, mas também um crescimento evidente, em 2022 face a 2019, em todos os setores considerados, exceto o setor da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A), com uma ligeira quebra (-1,0%).

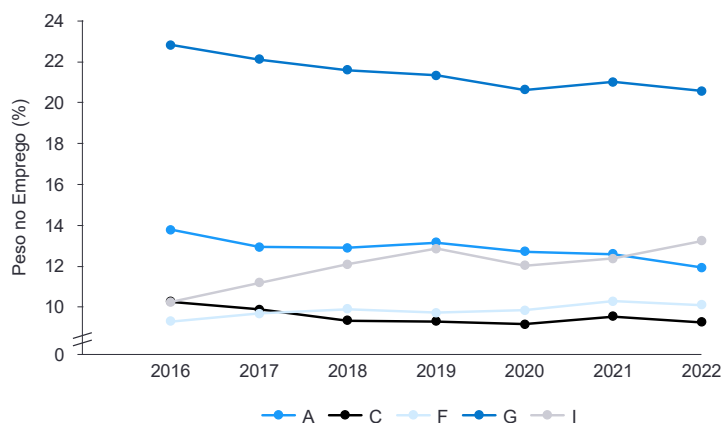
Gráfico 2: Principais setores em termos de VAB, por ano, nos Açores | 2016-2022



Fonte: INE – Sistema de contas integradas das empresas.

Em contraste com a evolução da distribuição setorial do VAB, a distribuição do emprego não observou mudanças relevantes durante o período pandémico, resultado das medidas de salvaguarda do emprego, que permitiram às empresas assegurar postos de trabalho num contexto de forte quebra de atividade. Ainda assim, de notar que os dois principais setores empregadores – Comércio e reparação (G) e Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A) – têm mantido uma trajetória de perda de relevância no emprego, à medida que se observa uma alteração do perfil de especialização da Região (Gráfico 3).

Gráfico 3: Top 5 setores em termos de pessoal ao serviço nos estabelecimentos, por ano, nos Açores | 2016-2022



Fonte: INE – Sistema de contas integradas das empresas.

Legenda:

- A Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
- C Indústrias transformadoras
- F Construção
- G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
- I Alojamento, restauração e similares

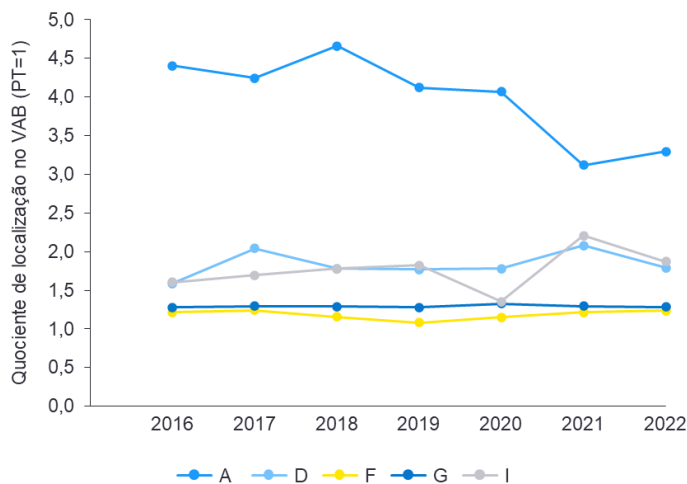
Também em termos de emprego é verificada na Região uma tendência de crescimento da importância das atividades relacionadas com o turismo. Assim, em 2022, o setor empregava 15,4% do total de pessoal ao serviço dos estabelecimentos nos Açores nesse ano.

Para além destes, destaca-se a relevância das Indústrias transformadoras (C) e da Construção (F) nos Açores. Em particular, enquanto o peso das Indústrias transformadoras (C) tem apresentado uma tendência negativa, atingindo os 9,2% do pessoal ao serviço em 2022, o setor da Construção (F) tem aumentado ligeiramente o seu peso ao longo dos últimos anos, alcançando os 10,1% em 2022.

Em termos de especialização com base no VAB (Gráfico 4), destaca-se a importância das atividades relacionadas com a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A) que, apesar de uma tendência de decréscimo, entre 2016 e 2022 apresentaram um QL (Quociente de Localização) em relação à média nacional sempre superior a 3,3. Este valor justifica-se pelo elevado peso histórico do setor na Região, comparativamente ao observado no restante território nacional.

Também em termos de especialização no VAB, verifica-se uma tendência de crescimento das atividades relacionadas com o turismo – Alojamento, restauração e similares (I). Entre 2016 e 2020 o QL deste setor cresceu de forma sustentada de 1,6 para 1,9. Apesar da quebra observada em 2020 (QL de 1,4), o seu peso na riqueza produzida continuava superior à média nacional, tendo atingido os 2,2 em 2021, diminuindo para os 1,9 em 2022, ainda assim superior ao período pré-pandemia.

Gráfico 4: Principais setores de especialização no VAB, por ano, nos Açores | 2016-2022



Fonte: INE – Sistema de contas integradas das empresas.

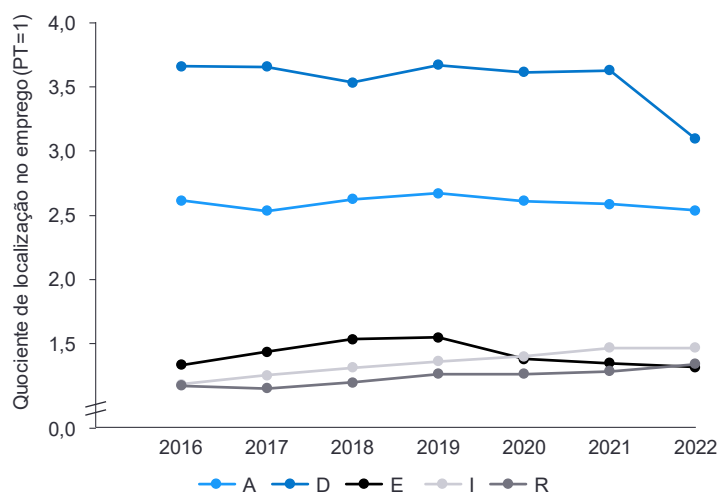
Legenda:

- | | |
|---|---|
| A Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca | G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos |
| D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio | I Alojamento, restauração e similares |
| F Construção | |

Em termos de especialização no emprego, com base no pessoal ao serviço nos estabelecimentos, (Gráfico 5), os Açores têm mantido uma elevada especialização (QL superior a 3,5) nas atividades relacionadas com Eletricidade, gás e água (D) entre 2016 e 2021. A agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A) tem-se mantido o segundo principal setor de especialização no emprego dos Açores entre 2016 e 2022.

De destacar a ascensão das atividades de Alojamento, restauração e similares (I) e Captação, tratamento e distribuição de água (E), que se mantiveram entre os 5 principais setores de especialização no emprego dos Açores no mesmo período.

Gráfico 5: Top 5 setores de especialização no emprego (pessoal ao serviço nos estabelecimentos), por ano, nos Açores | 2016-2022



Fonte: INE – Sistema de contas integradas das empresas.

- | | |
|--|---|
| A Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca | I Alojamento, restauração e similares |
| D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio | R Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas |
| E Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição | |

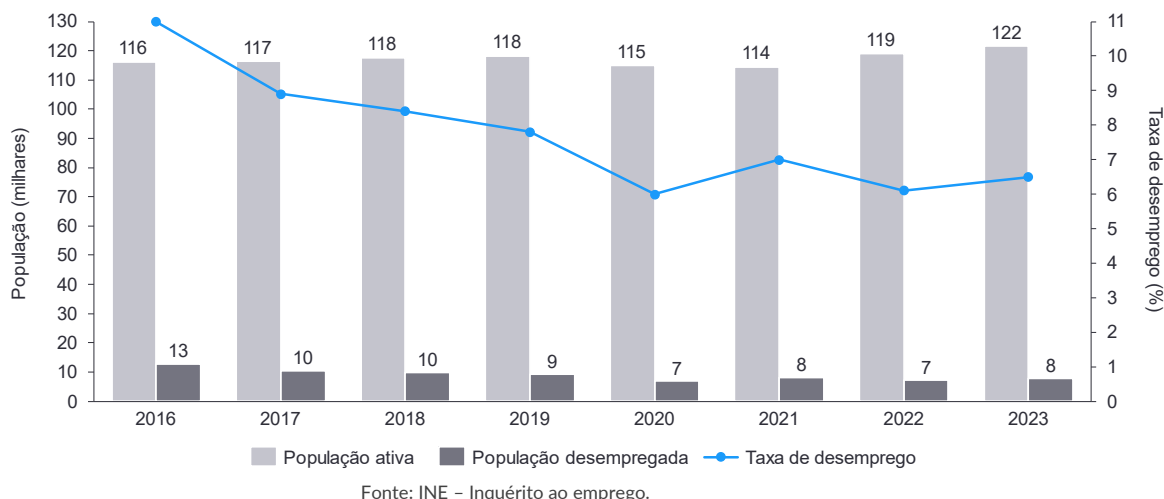
As dificuldades no aumento dos níveis de produtividade do fator trabalho e dos níveis de desemprego são fatores a considerar

Recentemente tem-se verificado um crescimento do dinamismo no mercado de trabalho dos Açores. Contudo, o fator trabalho continua a ser um importante foco de preocupação para o desenvolvimento coeso e competitivo da Região. Entre 2016 e 2023 a taxa de desemprego nos Açores desceu de 11,0% para 6,5%, o que equivale a uma taxa de variação média anual -42% (Gráfico 6). Contudo, o valor registado em 2023 representa um ligeiro agravamento da situação face a 2022 (com um valor de 6,1%).

A diminuição na taxa de desemprego entre 2016 e 2023 ficou a dever-se, maioritariamente, à diminuição da população desempregada, ainda que a população ativa também tenha registado um aumento. Adicionalmente, a tendência de decréscimo da população desempregada não tem sido

constante nos últimos anos, verificando-se que, em 2023, o número de desempregados (aproximadamente 7,9 mil) aumentou face ao ano anterior (7,3 mil), ainda assim abaixo dos valores de 2019 (9,2 mil desempregados).

Gráfico 6: População ativa, população desempregada e taxa de desemprego nos Açores | 2016-2023



A população ativa registou, em 2023, aproximadamente 121,5 mil habitantes, o valor mais elevado do período em análise e consideravelmente superior ao verificado quer em 2019 (118,3 mil habitantes), ano após o qual a população ativa tinha decrescido ligeiramente, quer em 2022 (119,0 mil habitantes).

Acompanhando o aumento de dinamismo do mercado de trabalho nos Açores, também a produtividade tem evoluído favoravelmente, verificando-se que a produtividade aparente do trabalho na Região em 2022 (36,3 mil euros) superou os valores registados antes da pandemia (33,8 mil euros em 2019).

3. EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

3.1 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA

3.1.1 RECEITA

A receita da RAA, reportada a 30.09.2024, apresentou um grau de execução da ordem dos 64,8%, conforme se pode observar no Quadro 1.

Quadro 1: Execução orçamental da receita em 30.09.2024 - subsetor da ARD

Descrição	(euros)			
	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Grau de Execução	%
Receitas correntes	1 120 600 329,00	824 301 348,79	73,6%	65,3%
Impostos diretos	293 500 000,00	210 663 724,40	71,8%	16,7%
Impostos indiretos	564 100 000,00	431 158 399,90	76,4%	34,1%
Contribuições para a segurança social	2,00	0,00	0,0%	0,0%
Taxas, multas e outras penalidades	9 400 000,00	6 056 514,98	64,4%	0,5%
Rendimentos da propriedade	4 170 000,00	3 537 160,83	84,8%	0,3%
Transferências correntes	243 535 321,00	169 152 216,88	69,5%	13,4%
Venda de bens e serviços correntes	5 155 000,00	3 594 117,17	69,7%	0,3%
Outras receitas correntes	740 006,00	139 214,63	18,8%	0,0%
Receitas de capital	750 057 962,00	401 303 263,45	53,5%	31,8%
Venda de bens de investimento	900 000,00	80 579,01	9,0%	0,0%
Transferências de capital	562 247 962,00	215 631 283,72	38,4%	17,1%
Ativos financeiros	1 860 000,00	590 867,38	31,8%	0,0%
Passivos financeiros	185 000 000,00	185 000 000,00	100,0%	14,6%
Outras receitas de capital	50 000,00	533,34	1,1%	0,0%
Outras receitas	78 860 000,00	37 198 794,86	47,2%	2,9%
Reposições não abatidas nos pagamentos	3 860 000,00	2 944 996,48	76,3%	0,2%
Saldo da gerência anterior	75 000 000,00	34 253 798,38	45,7%	2,7%
Total	1 949 518 291,00	1 262 803 407,10	64,8%	100,0%

As receitas correntes apresentavam uma execução de 73,60%, as de capital 53,5% e as outras receitas de 47,2%, destacando-se a utilização do saldo de gerência transitado.

Da análise à execução da receita, desagregada por natureza, constata-se que 65,3% diz respeito a receitas correntes, 31,8% a receitas de capital, assumindo as outras receitas uma ponderação de 2,9%. Nas receitas correntes, o destaque vai para o capítulo dos rendimentos de propriedade com uma taxa de execução acumulada de 84,8%, seguido dos impostos indiretos com 76,4% e pelos impostos diretos com 71,8%.

Relativamente ao quadro subsequente, resulta que os agregados com maior peso relativo no financiamento do ORAA 2024 são as receitas fiscais (50,8%), seguidas das outras receitas (19,6%) e das transferências do OE (19,1%).

Quadro 2: Estrutura da receita da RAA em 30.09.2024 - subsetor da ARD

(euros)		
Descrição	Receita cobrada	%
Receitas fiscais	641 822 124,30	50,8%
Transferências do OE	241 368 570,75	19,1%
Transferências da UE	131 767 869,97	10,4%
Outras receitas	247 844 842,08	19,6%
Passivos financeiros	185 000 000,00	14,6%
Total	1 262 803 407,10	100,0%

3.1.2 DESPESA

Tomando como referência 30.09.2024, a execução da despesa atinge os 1 286 milhões de euros, correspondentes a 66,0% da despesa orçamentada revista, conforme Quadro 3.

Quadro 3: Execução orçamental da despesa em 30.09.2024 - subsetor da ARD

(euros)					
Descrição	Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Pagamentos líquidos	Grau de execução	%
Despesas correntes	1 314 486 261	1 300 917 526	924 118 741	71,0%	71,8%
Despesas com pessoal	160 737 114	161 210 965	112 205 636,17	69,6%	8,7%
Aquisição de bens e serviços	157 642 499	157 118 108	82 455 362,49	52,5%	6,4%
Juros e outros encargos	70 152 225	70 104 220	48 746 983,21	69,5%	3,8%
Transferências correntes	899 081 722	885 357 210	667 997 433,63	75,4%	51,9%
Subsídios	2 073 063	2 447 532	776 139,74	31,7%	0,1%
Outras despesas correntes	24 799 638	24 679 491	11 937 185,28	48,4%	0,9%
Despesas de capital	635 032 030	648 600 765	362 287 510	55,9%	28,2%
Aquisição de bens de capital	130 710 213	145 931 398	50 223 881,88	34,4%	3,9%
Transferências de capital	374 352 064	384 560 886	223 544 677,16	58,1%	17,4%
Ativos financeiros	18 867 153	7 005 881	389 318,94	5,6%	0,0%
Passivos financeiros	110 000 000	110 000 000	87 303 432,49	79,4%	6,8%
Outras despesas de capital	1 102 600	1 102 600	826 200,00	74,9%	0,1%
Total	1 949 518 291	1 949 518 291	1 286 406 250,99	66,0%	100,0%

Face às dotações corrigidas, as despesas correntes registam um grau de execução de 71,0% e as despesas de capital de 55,9%.

Da análise à execução da despesa por agrupamentos económicos, apura-se que, nas despesas correntes, com um peso relativo de 71,8%, são as transferências correntes que assumem maior preponderância (51,9%).

Para o mesmo período, as despesas de capital representam 28,2% do volume total de despesa executada acumulada, destacando-se o agrupamento económico das transferências de capital (17,4%).

O Quadro 4 resume a despesa pública, considerando as dotações corrigidas e os pagamentos líquidos em função da sua aplicação: atividades (funcionamento) e projetos (investimento), sendo de referir que:

- as despesas de funcionamento apresentam um grau de execução de 75,4% representando as despesas correntes 75,0% e as despesas de capital 79,2%; e
- nas despesas de investimento a execução atingiu os 51,3% face às dotações corrigidas, ascendendo as despesas correntes a 52,0% e as de capital a 51,0%.

Quadro 4: Despesa por classificação económica e natureza em 30.09.2024 - subsector ARD

(euros)

Descrição	Funcionamento			Investimento		
	Dotações corrigidas	Pagamentos líquidos	%	Dotações corrigidas	Pagamentos líquidos	%
Despesas correntes	1 077 382 368	807 854 807,86	75,0%	223 535 158	116 263 932,66	52,0%
Despesas com pessoal	156 918 146	110 065 806,64	70,1%	4 292 819	2 139 829,53	49,8%
Aquisição de bens e serviços	10 476 274	6 525 447,89	62,3%	146 641 834	75 929 914,60	51,8%
Juros e outros encargos	69 956 473	48 649 277,64	69,5%	147 747	97 705,57	66,1%
Transferências correntes	816 557 147	631 661 944,26	77,4%	68 800 063	36 335 489,37	52,8%
Subsídios	0	0,00	0,0%	2 447 532	776 139,74	31,7%
Outras despesas correntes	23 474 328	10 952 331,43	46,7%	1 205 163	984 853,85	81,7%
Despesas de capital	111 521 632	88 352 560,95	79,2%	537 079 133	273 934 949,52	51,0%
Aquisição de bens de capital	419 032	222 928,46	53,2%	145 512 366	50 000 953,42	34,4%
Transferências de capital	0	0,00	0,0%	384 560 886	223 544 677,16	58,1%
Ativos financeiros	0	0,00	0,0%	7 005 881	389 318,94	5,6%
Passivos financeiros	110 000 000	87 303 432,49	79,4%	0	0,00	0,0%
Outras despesas de capital	1 102 600	826 200,00	74,9%	0	0,00	0,0%
Total	1 188 904 000	896 207 368,81	75,4%	760 614 291	390 198 882,18	51,3%

3.2 SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

3.2.1 RECEITA

A 30.09.2024 a receita cobrada pelo subsetor dos SFA ascendeu a 482,9 milhões de euros.

O peso das transferências correntes totais cobradas do subsetor dos SFA foi de 82,9% do total da receita cobrada.

A partir da observação do Quadro 5, onde está representado o detalhe da receita dos SFA, constata-se uma execução de receita da ordem dos 58,6%.

Quadro 5: Execução orçamental da receita em 30.09.2024 - subsetor dos SFA

(euros)				
Descrição	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Grau de Execução	%
Receitas correntes	610 387 627	416 368 917,08	68,2%	86,2%
Impostos Diretos	0	0,00	0,0%	0,0%
Impostos Indiretos	0	0,00	0,0%	0,0%
Contribuições para a SS, CGA e ADSE	0	0,00	0,0%	0,0%
Taxas, multas e outras penalidades	14 418 306	10 674 346,22	74,0%	2,2%
Rendimentos de propriedade	348 170	260 169,45	74,7%	0,1%
Transferências correntes	587 251 456	400 376 693,50	68,2%	82,9%
Venda de bens e serviços correntes	7 474 894	4 759 254,73	63,7%	1,0%
Outras receitas correntes	894 801	298 453,18	33,4%	0,1%
Receitas de capital	213 496 700	66 516 084,60	31,2%	13,8%
Venda de bens de investimento	0	0,00	0,0%	0,0%
Transferências de capital	125 713 306	43 558 128,57	34,6%	9,0%
Ativos financeiros	40 305 000	5 878 291,93	14,6%	1,2%
Passivos financeiros	32 500 000	0,00	0,0%	0,0%
Outras receitas de capital	79 629	5 124,54	6,4%	0,0%
RNAP	252 776	486 633,83	192,5%	0,1%
Saldo da gerência anterior	14 645 989	16 587 905,73	113,3%	3,4%
Total	823 884 327	482 885 001,68	58,6%	100,0%

3.2.2 DESPESA

No terceiro trimestre do ano de 2024 a execução da despesa atingiu 445,6 milhões de euros, correspondendo a um grau de execução da ordem dos 54,1%. As despesas correntes têm um peso de 98,9% e as despesas de capital de 1,1%, no total da despesa executada.

No Quadro 6 é apresentada a despesa total do subsetor dos SFA por classificação económica.

Quadro 6: Execução orçamental da despesa em 30.09.2024 - subsector dos SFA

(euros)

Descrição	Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Pagamentos Líquidos	Grau de Execução
Despesas correntes	574 214 575	718 595 369	440 757 946,68	61,3%
Despesas com pessoal	362 849 821	400 978 849	273 087 257	68,1%
Aquisição de bens e serviço	98 311 248	183 911 761	102 564 757	55,8%
Juros e outros encargos	1 980 740	3 957 485	2 973 111	75,1%
Transferências correntes	60 049 690	85 429 918	42 506 266	49,8%
Subsídios	50 193 173	43 099 612	18 795 129	43,6%
Outras despesas correntes	829 903	1 217 744	831 427	68,3%
Despesas de capital	96 155 158	105 288 958	4 868 073,43	4,6%
Aquisição de bens de capital	3 515 943	23 327 781	2 953 391	12,7%
Transferências de capital	19 766 041	9 059 503	1 231 785	13,6%
Ativos financeiros	72 873 174	72 901 674	682 897	0,9%
Passivos financeiros	0	0	0	-
Outras despesas de capital	0	0	0	-
Total	670 369 733	823 884 327	445 626 020,11	54,1%

Fazendo a análise por departamento governamental, constata-se que a SRECD foi responsável por 51,1% da execução total deste subsector.

A SRSSS, que integra as USI e o ISSA, totalizou 30,9% da despesa registada no total do subsector.

Quadro 7: Execução orçamental da despesa em 30.09.2024 por departamento - subsector dos SFA

(euros)

Departamento	Dotações corrigidas	Pagamentos líquidos	%
VPGR	3 621 236	1 126 623	0,3%
SRFPAP	78 528 590	4 373 711	1,0%
SRECD	331 638 021	227 506 362	51,1%
SRSSS	250 880 410	137 637 370	30,9%
SRAA	34 145 712	16 123 718	3,6%
SRMP	886 012	354 034	0,1%
SRTMI	42 673 442	13 177 158	3,0%
SRJHE	64 214 504	35 121 387	7,9%
SRAAC	17 296 400	10 205 658	2,3%
Total	823 884 327	445 626 020,11	100,0%

3.3 ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS

3.3.1 RECEITA

Até ao final do terceiro trimestre de 2024, o subsetor das EPR tinha registado receitas no valor de 282,3 milhões de euros, o que representa uma execução de 85,9%, face às previsões corrigidas. Neste agregado destacam-se as transferências correntes, que representam 84,9% do total da receita arrecadada pelas EPR, o qual inclui as transferências para os três hospitais da RAA que totalizaram 234,8 milhões de euros.

Acresce referir que no capítulo transferências de capital a taxa de execução atingiu os 71,5%, face às previsões corrigidas, representando 4,6% do total da receita cobrada pelas EPR.

No quadro seguinte é possível verificar a desagregação da receita arrecadada até 30 de setembro de 2024 pelo subsetor das EPR.

Quadro 8: Execução orçamental da receita em 30.09.2024 - subsetor das EPR

Descrição	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Grau de Execução	(euros)
				%
Receitas correntes	289 414 180	249 211 649,01	86,1%	88,3%
Impostos Diretos	0	0,00		0,0%
Impostos Indiretos	0	0,00		0,0%
Contribuições para a SS, CGA e ADSE	0	0,00		0,0%
Taxas, multas e outras penalidades	359 316	233 112,90	64,9%	0,1%
Rendimentos de propriedade	38 029	51 854,42	136,4%	0,0%
Transferências correntes	267 362 826	239 626 384,54	89,6%	84,9%
Venda de bens e serviços correntes	19 075 474	7 751 383,60	40,6%	2,7%
Outras receitas correntes	2 578 535	1 548 913,55	60,1%	0,5%
Receitas de capital	32 740 759	23 089 122,57	70,5%	8,2%
Venda de bens de investimento	0	0,00		0,0%
Transferências de capital	18 059 373	12 915 172,90	71,5%	4,6%
Ativos financeiros	0	0,00		0,0%
Passivos financeiros	14 146 130	9 122 527,02	64,5%	3,2%
Outras receitas de capital	535 255	1 051 422,65	196,4%	0,4%
Outras Receitas	6 653 822	10 007 578,02	150,4%	3,5%
RNAP	57 150	2 941,52	5,1%	0,0%
Saldo da gerência anterior	6 596 672	10 004 636,50	151,7%	3,5%
Total	328 808 760	282 308 349,60	85,9%	100,0%

3.3.2 DESPESA

Até 30 de setembro de 2024 os pagamentos líquidos cifram-se nos 266,5 milhões de euros, representando uma execução de 81% das dotações corrigidas. Do total dos pagamentos líquidos realizados, destacam-se as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços que totalizam os 248,2 milhões de euros, representando assim 93,2% dos pagamentos líquidos realizados.

Quadro 9: Execução orçamental da despesa em 30.09.2024 - subsector das EPR

(euros)

Descrição	Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Pagamentos Líquidos	%
Despesas correntes	288 464 114	299 303 481	252 512 999,92	84,4%
Despesas com pessoal	166 222 713	167 337 164	125 694 779,93	75,1%
Aquisição de bens e serviços	118 208 886	127 427 858	122 547 063,14	96,2%
Juros e outros encargos	1 169 306	1 640 197	2 308 474,41	140,7%
Transferências correntes	1 023 000	1 022 000	763 156,21	74,7%
Subsídios	529 265	463 765	299 037,52	64,5%
Outras despesas correntes	1 310 944	1 412 496	900 488,71	63,8%
Despesas de capital	27 640 344	29 505 280	13 960 278,49	47,3%
Aquisição de bens de capital	10 653 691	12 167 299	4 126 817,67	33,9%
Transferências de capital	420 000	515 747	500 102,62	97,0%
Ativos financeiros	500	500	0,00	0,0%
Passivos financeiros	16 176 153	16 821 733	9 333 358,20	55,5%
Outras despesas de capital	390 000	0	0,00	0,0%
Total	316 104 458	328 808 760	266 473 278,41	81,0%

Da análise da execução da despesa das EPR, por classificação orgânica, verifica-se que a SRSSS apresenta um total de pagamentos líquidos de 240,2 milhões de euros, que em termos relativos, corresponde a 90,1% da execução orçamental das EPR.

Quadro 10: Execução orçamental da despesa em 30.09.2024 por departamento - subsetor das EPR

Departamento	Dotações corrigidas	Pagamentos líquidos	(euros)
			%
VPGR	1 055 368	452 844,96	0,2%
SRFPAP	11 250 757	7 023 109,13	2,6%
SRAPC	451 000	200 373,72	0,1%
SRECD	1 814 406	760 472,71	0,3%
SRSSS	276 479 068	240 225 341,93	90,1%
SRAA	13 057 302	7 295 994,68	2,7%
SRMP	1 846 738	542 976,68	0,2%
SRTMI	18 825 335	7 902 139,49	3,0%
SRJHE	4 028 787	2 070 025,11	0,8%
Total	328 808 760	266 473 278,41	100,0%

4. CENÁRIO MACROECONÓMICO 2025-2026

Abrandamento do crescimento económico num contexto internacional mais adverso

Face à conjuntura atual, as previsões macroeconómicas para a RAA no período 2025-2026 são, inevitavelmente, condicionadas pela incerteza subjacente à evolução da situação internacional. Desde meados de 2023, os impactos da política europeia reativa às pressões inflacionistas resultantes de um contexto geopolítico adverso já se encontram refletidos nos indicadores macroeconómicos. Tem-se evidenciado uma desaceleração do ritmo de recuperação da economia europeia, com alguns Estados-membros a enfrentar uma recessão. Em Portugal, observa-se um risco de contração do consumo privado que poderá pressionar negativamente a evolução económica da Região.

Considerações metodológicas

Através da análise da relação verificada, ao longo do tempo, entre a economia da RAA e a economia nacional, ponderadas pelas projeções mais recentes do Ministério das Finanças (outubro de 2024) e Banco de Portugal (outubro 2024), obtiveram-se as estimativas para a Região que aqui se apresentam. Este cenário macroeconómico já incorpora as estimativas de evolução do PIB nacional para 2023 (a partir das Contas Nacionais Trimestrais, que poderão ser revistas). Foram ainda consideradas as estimativas mais recentes do Fundo Monetário Internacional (outubro de 2024) e Conselho das Finanças Públicas (setembro de 2024).

Os cálculos foram efetuados através de estimadores significativos a, pelo menos, um intervalo de confiança de 95%, o que confere uma elevada robustez aos resultados obtidos. As previsões referentes à inflação tiveram como base as previsões para o IHPC do BdP (Boletim Económico de junho de 2024), possível uma vez que se verifica uma elevada correlação entre o IHPC e o IPC (superior a 99%). De referir que o IHPC difere do IPC pela inclusão do consumo de não residentes no território, o que implica um maior peso dos preços de serviços de alojamento e restauração.

Ainda que enfrentando um contexto internacional adverso, sobretudo a partir do terceiro trimestre, estima-se que a economia dos Açores tenha crescido 2,5% em 2023 (Gráfico 7), acompanhando a trajetória nacional. O ano de 2024 afigura-se como ano de desaceleração do crescimento económico, prevendo-se uma taxa de crescimento de 2,1%, com um maior abrandamento da economia regional no primeiro semestre e uma ligeira aceleração no segundo semestre. Para 2025 e 2026 prevê-se um crescimento mais intenso, em linha com a economia nacional - 2,4% em 2025 e 2,6% em 2026. O consumo privado deverá acompanhar a evolução do PIB, ainda que crescendo abaixo deste (2,4% em 2025 e 2% em 2026).

Quadro 11: Cenário macroeconómico da RAA | 2023-2026

	2023	2024	2025	2026
	estimado	previsto	previsto	previsto
PIB (taxa de crescimento real)	2,5	2,1	2,4	2,6
Consumo Privado	2,2	2,1	2,4	2,0
Evolução dos Preços (taxa de crescimento)				
Deflator do PIB	7,3	4,0	2,8	2,5
Taxa de inflação (IPC)	4,9	2,4	2,3	2,2
PIB nominal				
Variação	9,8	6,1	5,2	5,1
Nível (milhões de euros)	5610,4	5950,8	6259,5	6578,0
Evolução do mercado de trabalho (taxa de crescimento)				
Emprego	1,2	1,1	1,2	1,3
Taxa de desemprego	6,5	6,5	6,4	6,3
Produtividade aparente do trabalho	1,2	1,0	1,2	1,3
Remuneração média por trabalhador	9,0	7,6	4,5	3,6

Fonte: Estimativas EY-Parthenon com base nas previsões mais recentes do Ministério das Finanças e Banco de Portugal (out/2024) e na evolução histórica através de dados do INE, conforme considerações metodológicas.

Os indicadores da atividade económica e do consumo privado refletem o estado geral da economia (Gráfico 8). As taxas de variação homóloga dos indicadores refletem que, após a recuperação em 2021 e 2022, a atividade económica manteve a trajetória de desaceleração do crescimento a partir do segundo semestre de 2022, registando no último trimestre de 2023 e início de 2024 taxas de variação equivalentes às observadas no período pré-pandemia (com os valores a situarem-se entre 1% e 2%). Por sua vez, o consumo privado manteve taxas de variação superiores às da atividade económica entre o segundo semestre de 2022 (com os valores entre 3% e 6%), abrandando no segundo semestre de 2023 para menos de 1%. Em 2024, este indicador registou valores entre 1% e 3%, demarcando um novo período de aceleração da trajetória de crescimento.

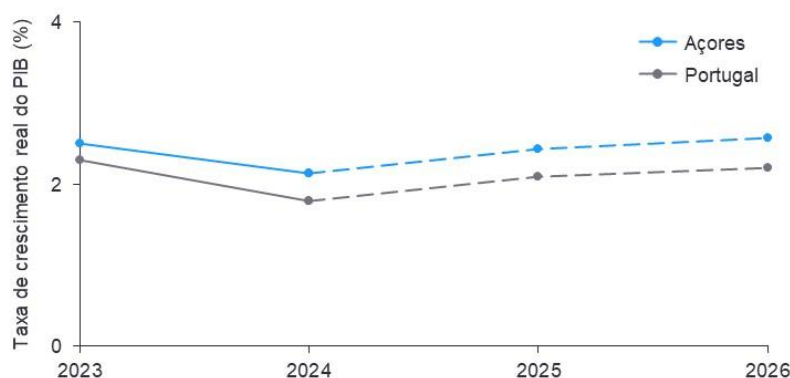
Em 2024, à semelhança do verificado em 2022 e 2023, as atividades de comércio e turismo têm permanecido como motor da economia dos Açores. De acordo com dados provisórios do SREA, entre janeiro e julho de 2024 registaram-se cerca de 2,34 milhões de dormidas no conjunto dos alojamentos turísticos, o que traduz um crescimento de 10,9% em relação ao período homólogo de 2023. A procura externa deverá continuar a representar a maior parte da procura (cerca de dois terços do total das dormidas), e a ter um papel cada vez mais preponderante. No que respeita ao transporte aéreo, foi registado um valor de 1,62 milhões de passageiros desembarcados entre janeiro e agosto de 2024, um crescimento face ao período homólogo de 2023 (8,5%), sendo este superior nos movimentos internacionais (31,7%) e inferior nos movimentos interilhas (5,3%) e territoriais (Continente/Madeira) (5,1%).

Embora o pico da inflação tenha sido registado no início de 2023, o fenómeno inflacionista foi-se revelando mais persistente do que o inicialmente previsto. Apesar da política de contração do BCE, prosseguida desde meados de 2022, a inflação *core* (excluindo bens alimentares não transformados e energia) tem abrandado a um ritmo lento, em consequência do contágio do impacto nos preços ao resto da economia. As persistentes pressões inflacionistas e subsequente crescimento das taxas de juro manifestaram-se, logo em 2023, na desaceleração do investimento e consumo privado.

O ano de 2024 marca o início de uma trajetória de estabilização deste indicador, que se encontrava em contínuo abrandamento desde o seu pico em meados de 2023. Tendo em consideração as previsões para 2025, a taxa de inflação deverá representar valores semelhantes aos registados no final de 2024 no caso da RAA.

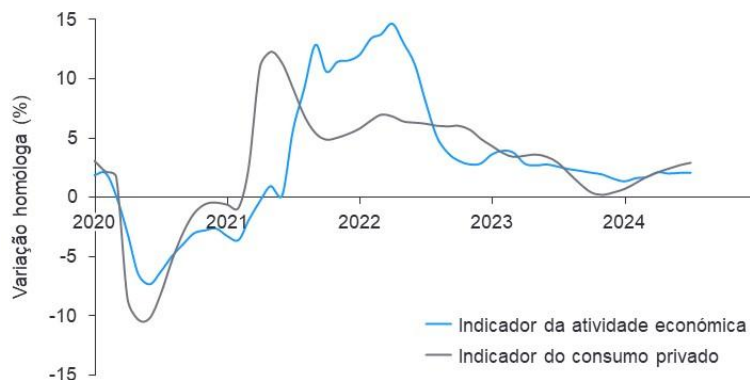
A estabilização da inflação em valores próximos do objetivo de política monetária tem permitido a adoção de uma política monetária mais acomodatória por parte dos Bancos Centrais, com destaque para o Banco Central Europeu. É neste contexto mais favorável que se perspetiva um ligeiro acelerar da economia regional no segundo semestre, mantendo-se essa trajetória em 2025, espelhada por uma taxa de crescimento do PIB da RAA mais elevada do que a do país.

Gráfico 7: Crescimento do PIB a preços constantes na RAA e no conjunto do país | 2023-2026



Fonte: Estimativas EY-Parthenon com base nas previsões do Ministério das Finanças (outubro de 2024) e na evolução histórica através de dados do INE, conforme considerações metodológicas.

Gráfico 8: Indicador da atividade económica e do consumo privado dos Açores | janeiro 2020 - julho de 2024

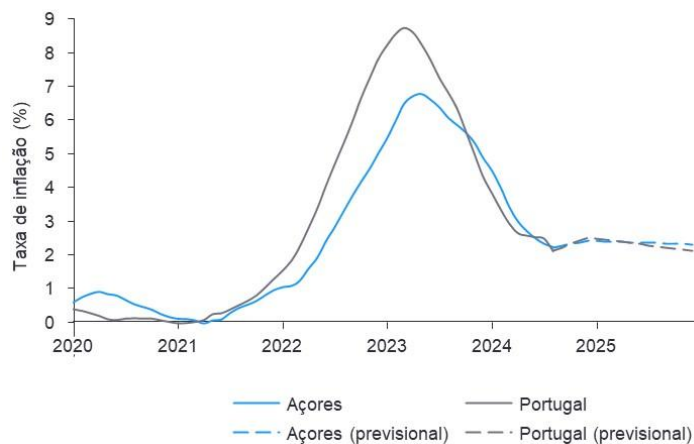


Fonte: SREA.

A perspetiva de estabilização da inflação no contexto de redução de taxas de juro

Nos Açores, a inflação, medida pelo IPC e obtida pela média dos últimos 12 meses fixou-se nos 2,2% em agosto de 2024 (Gráfico 9), situando-se abaixo da referência nacional de 2,3%. Este valor representa uma desaceleração face a 2023 (4,9%), sendo já um reflexo dos efeitos das decisões de política monetária com vista à redução da inflação. Até outubro de 2023, o aumento dos preços no consumidor, no computo geral, foi menor na região comparativamente ao conjunto do país, situação que se inverteu a partir de novembro, por via de uma desaceleração mais intensa a nível nacional. No início de 2024, o ritmo de redução da inflação foi ligeiramente superior na Região face ao nacional, conduzindo a uma taxa de inflação prevista também ligeiramente inferior (2,4%, que compara com 2,5% a nível nacional). As estimativas apontam ainda para um deflator do PIB de 4,0% em 2024, que deverá abrandar para 2,8% em 2025 e 2,5% em 2026, acompanhando a tendência de descida da inflação, mas de forma ainda mais pronunciada.

Gráfico 9: Previsão da taxa de inflação (média dos últimos 12 meses) dos Açores e de Portugal até 2025, medida através do IPC | janeiro 2020 - dezembro 2025

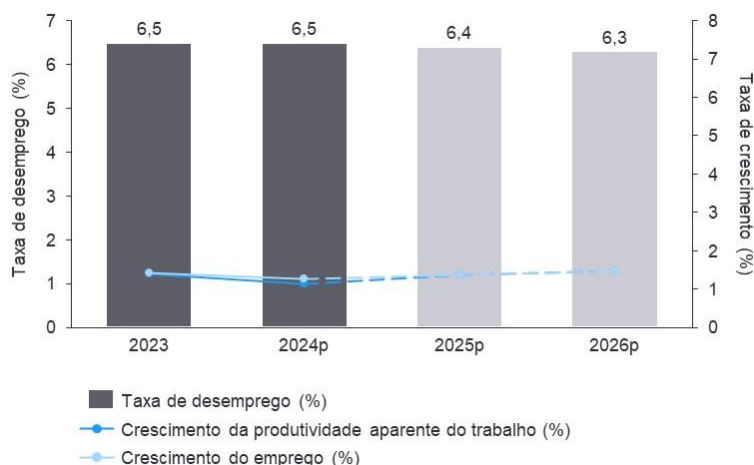


Fonte: Estimativas EY-Parthenon com base nas previsões mais recentes do Ministério das Finanças e Banco de Portugal (out/2024) e na evolução histórica através de dados do INE, conforme considerações metodológicas.

A expectativa de uma evolução favorável emprego e produtividade num contexto de estabilização da taxa de desemprego

A taxa de desemprego dos Açores fixou-se em 6,5% em 2023, em linha com a média nacional (6,5%), e deverá manter-se nos 6,5% este ano, prevendo-se uma redução progressiva nos anos subsequentes (Gráfico 10). O crescimento da atividade económica traduzir-se-á, numa repartição equitativa, do crescimento da produtividade aparente do trabalho e do emprego. Prevê-se que em 2025 e 2026 se verifique também um aumento da remuneração média por trabalhador, sendo que esta deverá crescer acima da evolução da produtividade, quer a nível nacional, quer a nível regional, fenómeno explicado pelo contexto da escassez da oferta de mão-de-obra. Em 2023, o número de pessoas empregadas nos Açores cresceu 1,2%, enquanto em 2024 estima-se uma variação de 1,1%, regressando a 1,2% em 2025. Neste enquadramento, a aparente contradição de crescimento robusto do emprego e taxas de desemprego mais elevadas é explicada pelo crescimento da população ativa.

Gráfico 10: Previsão da evolução do mercado de trabalho nos Açores | 2023-2026



Notas: e - estimativa; p - previsional

Fonte: EY-Parthenon com base nas previsões mais recentes do Ministério das Finanças e Banco de Portugal (out/2024) e na evolução histórica através de dados do INE, conforme considerações metodológicas.

5. PREVISÃO ORÇAMENTAL

Apresenta-se, no Quadro 12, o valor consolidado das receitas e despesas previstas para o ano de 2025.

Quadro 12: Síntese do ORAA

Descrição	(euros)	
	2025	
1. Receitas correntes	1 265 761 741	
2. Receitas de capital	913 217 861	
das quais:		
a) Ativos financeiros	35 192 983	
b) Passivos financeiros	293 769 297	
3. Outras receitas	79 648 150	
das quais:		
c) Saldo da gerência anterior	75 450 000	
4. Receita total (1+2+3)	2 258 627 752	
5. Receita efetiva (4-a-b-c)	1 854 215 472	
6. Despesas correntes	1 514 639 666	
das quais:		
d) Juros e outros encargos	74 596 098	
7. Despesas de capital	743 988 086	
das quais:		
e) Ativos financeiros	82 483 833	
f) Passivos financeiros	117 419 169	
8. Despesa total (6+7)	2 258 627 752	
9. Despesa efetiva (8-e-f)	2 058 724 750	
10. Despesa primária (9-d)	1 984 128 652	
11. Saldo efetivo (5-9)	-204 509 278	
12. Saldo primário (11-d)	-129 913 180	

Nota: Não inclui a operação de transformação de dívida comercial em dívida financeira

O saldo efetivo é de -204,5 milhões de euros e o saldo primário, correspondente ao saldo efetivo subtraído de juros e outros encargos, de -129,9 milhões de euros.

O orçamento consolidado total do SPAR, atinge os 2 258,6 milhões de euros, não incluindo a operação de transformação de dívida comercial em dívida financeira no montante de 75 milhões de euros.

5.1 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA

As principais origens e aplicações de fundos para 2025, são apresentadas no Quadro 13.

Quadro 13: Mapa de origem e aplicação de fundos

Saldo Inicial	(milhões de euros)	
	2025	
	Valor	%
Origem de Fundos	1 913,47	100,0%
1. Receitas Próprias	1 017,10	53,2%
2. Transferências do OE	346,38	18,1%
3. Fundos Comunitários	400,00	20,9%
Subtotal	1 763,47	92,2%
4. Necessidades de Financiamento	150,00	7,8%
Aplicação de Fundos	1 913,47	100,0%
5. Despesas de Funcionamento	1 094,69	57,2%
Juros da dívida	70,00	3,7%
6. Plano de Investimento	818,79	42,8%
Rácio 1/5		92,9%

Nota: Não inclui operações de refinanciamento nem a operação de transformação de dívida comercial em dívida financeira

5.1.1 RECEITA

Receita Efetiva

A previsão da receita efetiva para 2025 é de 1 686,8 milhões de euros, evidenciando-se no quadro seguinte as suas principais componentes.

Quadro 14: Receita efetiva da RAA

Descrição	(euros)			
	2024	%	2025	%
1. Receitas próprias efetivas (a+d)	901 775 005	53,4%	940 397 498	55,8%
a) Receitas fiscais	857 600 000	50,8%	895 497 500	53,1%
b) Ativos financeiros	1 860 000		1 700 000	
c) Saldo da gerência anterior	75 000 000		75 000 000	
d) Outras receitas próprias	44 175 005		44 899 998	
2. Transferências OE	398 883 285	23,6%	346 376 000	20,5%
3. Transferências UE	387 000 001	22,9%	400 000 002	23,7%
4. Passivos financeiros	110 000 000		248 000 000	
5. Receita total (1+b+c+2+3+4)	1 874 518 291		2 011 473 500	
6. Receita efetiva (5-b-c-4)	1 687 658 291	100%	1 686 773 500	100%

Nota: Não inclui a operação de transformação de dívida comercial em dívida financeira

As receitas próprias efetivas constituem a principal fonte de financiamento do orçamento regional, representando 55,8% do total da receita efetiva.

As transferências do OE e da UE assumem um peso igualmente significativo, embora com menor expressão no financiamento do orçamento regional, representado, respetivamente, 20,5% e 23,7% do total da receita efetiva.

Receitas Próprias efetivas

Para 2025, estima-se que as receitas próprias efetivas se situem nos 940,4 milhões de euros, registando este agregado um acréscimo da ordem dos 4,3% face ao período anterior, sendo o aumento das receitas fiscais a principal razão desta variação positiva.

Receita Fiscal

No quadro abaixo apresenta-se, em detalhe, a previsão da receita fiscal.

Quadro 15: Receita fiscal da RAA

(milhões de euros)

Designação	2024 Orçamento	2024 Estimativa	2025 Orçamento	2025/2024 Est. Δ (%)
Impostos diretos	293,5	290,5	306,7	5,6%
IRS	230,0	217,0	228,7	5,4%
IRC	63,5	73,5	78,0	6,1%
Impostos indiretos	564,1	578,5	588,8	1,8%
ISP	51,0	57,0	59,9	5,0%
IVA	401,0	406,0	408,9	0,7%
ISV	4,0	4,4	4,6	5,0%
IT	57,0	56,5	58,8	4,0%
IABA	8,6	9,6	10,1	5,0%
IS	30,0	32,5	34,1	5,0%
IUC/Outros	12,5	12,5	12,5	0,0%
Total	857,6	869,0	895,5	3,0%

Em 2025 a receita fiscal deverá refletir um crescimento correspondente a 26,5 milhões de euros (3,0%) face à execução orçamental de 2024, prevendo-se que atinja os 895,5 milhões de euros.

Impostos diretos

IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

A previsão de receita fiscal em sede de IRS ascende a 228,7 milhões de euros, representando um acréscimo homólogo de 5,4%.

Para o apuramento da estimativa concorre a evolução positiva do mercado de trabalho, corporizada tanto no aumento da população empregada como no crescimento expectável das remunerações, tendo em conta o cenário macroeconómico atual, ainda marcado por níveis de inflação elevados.

As recentes alterações legislativas ao Código do IRS que introduzem um desagravamento fiscal já produzem efeitos na execução orçamental de 2024, considerando a descida extraordinária das tabelas de retenção na fonte aplicáveis aos meses de setembro e outubro, visando a aproximação do imposto retido ao imposto devido em termos finais. Este mecanismo de compensação repercutir-se-á positivamente na receita do próximo ano, por via da diminuição dos reembolsos.

IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

Relativamente ao IRC, estima-se que o valor da receita fiscal ascenda a 78 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de apenas 4,5 milhões de euros (6,1%), face à estimativa de cobrança deste imposto em 2024.

A variação positiva neste imposto justifica-se, em grande medida, pelo bom desempenho da atividade económica regional no ano de 2024, que deverá repercutir-se positivamente na receita de 2025 na sequência do que se assistiu relativamente à receita cobrada neste ano económico.

Concretamente, esta evolução deriva tanto do nível da autoliquidação, quanto do nível dos pagamentos por conta do imposto devido, cujo cálculo tem por base a coleta apurada.

Impostos indiretos

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

Ao nível dos impostos indiretos, prevê-se uma subida do IVA, 2,9 milhões de euros em termos absolutos, estimando-se, nos termos do disposto na Portaria n.º 77-A/2014, de 31 de março, que a receita total deste imposto atinja o patamar dos 409 milhões de euros.

IEC – Impostos Especiais de Consumo

No que concerne aos IEC, salienta-se o ISP que, em termos previsionais, deverá aumentar 2,9 milhões de euros face à receita arrecadada em 2024.

De igual modo, em relação ao IT, estima-se um crescimento, em termos absolutos, de 2,3 milhões de euros, que se admite venha a resultar da trajetória prevista para o consumo privado. Por seu turno, é crível que a evolução da receita de IABA assuma natureza meramente residual, mais cerca de 0,5 milhões de euros.

ISV – Imposto sobre Veículos

No que respeita a este imposto é expectável uma oscilação marginal positiva de 0,2 milhões de euros.

IS – Imposto do Selo

Relativamente ao IS, a previsão de receita de 34,1 milhões de euros radica, sobretudo, na continuidade do crescimento associado às operações financeiras e seguros.

IUC – Imposto Único de Circulação

Por último, é expectável a manutenção da receita de IUC nos 12,5 milhões de euros face à estimativa de execução para o corrente ano.

Transferências do Orçamento do Estado

Nos termos do disposto na LFRA irão ser transferidos 319,3 milhões de euros, dos quais 206 milhões de euros em conformidade com o estipulado no seu artigo 48.º, e 113,3 milhões de euros, no âmbito do Fundo de Coesão para as Regiões Ultraperiféricas, previstos no seu artigo 49.º.

A comparticipação à Região dos montantes pagos aos operadores pela prestação de serviço público no transporte interilhas está estimada em 10,1 milhões de euros.

Em 2025, estima-se receber 17 milhões de euros decorrentes da comparticipação do Estado nos encargos com a recuperação do Hospital do Divino Espírito Santo, E.P.E.R.

Em termos globais, em 2025, as transferências financeiras provenientes do OE atingirão o montante de 346,4 milhões de euros.

Transferências da União Europeia

Relativamente às transferências da UE, para 2025, espera-se que atinjam o montante global de 400 milhões de euros, correspondentes ao cofinanciamento comunitário de um conjunto de projetos de investimento compreendidos no âmbito do capítulo 50 do ORAA, incluindo os financiados pelo PRR.

O montante estimado compreende, para além dos cofinanciamentos previstos no capítulo 50 do ORAA, a comparticipação da UE de despesas já executadas e cujas comparticipações não são recebidas até ao final do ano.

A cobrança desta componente de receita fica sempre condicionada à execução material e financeira dos projetos cofinanciados e/ou ao cumprimento de marcos e metas (no caso do PRR), dependendo o recebimento das comparticipações dos fundos europeus do ritmo conferido à referida execução.

5.1.2 DESPESA

Classificação Económica

No quadro seguinte apresenta-se a despesa pública orçamentada para 2025, desagregada por agrupamento da classificação económica, e a sua comparação com a dotação revista de 2024.

Quadro 16: Estrutura da despesa total - subsetor da ARD

Designação	(euros)				
	2024		2025		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
1. Despesas correntes	993 618 368	56,6%	1 073 931 559	56,7%	8,1%
Despesas com pessoal	156 768 146	8,9%	164 583 935	8,7%	5,0%
Transferências	741 557 147	42,2%	813 027 269	42,9%	9,6%
das quais:					
Serviço Regional de Saúde	396 000 000	22,6%	446 000 000	23,6%	12,6%
Aquisição de bens e serviços	10 626 274	0,6%	10 780 402	0,6%	1,5%
Juros e outros encargos	69 956 473	4,0%	70 000 000	3,7%	0,1%
Outras	14 710 328	0,8%	15 539 953	0,8%	5,6%
2. Despesas de capital	1 521 632	0,1%	755 333	0,0%	-50,4%
Aquisição de bens	419 032	0,0%	480 333	0,0%	14,6%
Outras	1 102 600	0,1%	275 000	0,0%	-75,1%
3. Despesas de funcionamento (1+2)	995 140 000	56,7%	1 074 686 892	56,8%	8,0%
4. Despesas do plano	760 614 291	43,3%	818 786 608	43,2%	7,6%
5. Total da despesa (3+4)	1 755 754 291	100,0%	1 893 473 500	100,0%	7,8%

Nota: Não inclui passivos financeiros nem dotação provisional.

A estimativa da despesa, excluindo passivos financeiros e dotação provisional, atinge o valor de 1 893,5 milhões de euros, mais 7,8% do que o orçamento de 2024. A estimativa da despesa para 2025 relacionada com o funcionamento dos serviços atinge o montante 1 074,7 milhões de euros, o equivalente a 56,8% do total orçamentado. Para 2025 a despesa de investimento está estimada 818,8 milhões de euros, representando, face à dotação para 2024, um crescimento de 7,6%.

Nas despesas com pessoal verifica-se um aumento de 5,0% face à dotação de 2024. Este incremento deverá ser suficiente para acomodar os aumentos salariais e as progressões nas carreiras que se vierem a verificar em 2025.

As transferências correntes, constituem o agregado com maior peso no total da despesa relacionada com o funcionamento dos serviços, com uma dotação global no valor de 813,3 milhões de euros, onde se incluem as verbas a transferir para o SRS (446 milhões de euros) e para os estabelecimentos de ensino da RAA (321,4 milhões de euros). No conjunto, os setores da Saúde e da Educação absorvem 767,4 milhões de euros, o correspondente a 94,4% do total desta tipologia de transferências.

Neste agrupamento, em termos absolutos e face às respetivas dotações de 2024, as verbas a transferir para o SRS aumentam 50 milhões de euros e 20 milhões de euros para os estabelecimentos de ensino.

As verbas a afetar à aquisição de bens e serviços correntes e de capital, nas despesas de funcionamento, apresentam um ligeiro acréscimo face ao orçamento revisto de 2024, mantendo-se, contudo, abaixo do valor previsto para a inflação (2,3%).

A dotação de juros e outros encargos em 2025 deverá rondar os 70 milhões de euros. Este valor foi estimado tendo por base a dívida atual da Região, no pressuposto de que as taxas de juro, no decorrer do ano 2025, se irão manter próximas dos valores atuais.

O financiamento da ALRAA, para o ano de 2025, é de 15,4 milhões de euros, distribuídos por outras despesas correntes (15,1 milhões de euros) e por outras despesas de capital (275 mil euros).

As despesas de investimento, enquadradas no capítulo 50, atingem o montante global de 818,8 milhões de euros.

Classificação Orgânica

No Quadro 17, apresenta-se a previsão da despesa pública desagregada por classificação orgânica.

Quadro 17: Despesa total por classificação orgânica - subsetor da ARD

Designação	(euros)			
	2024		2025	
	Valor	%	Valor	%
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	15 411 600	0,9%	15 409 300	0,8%
Presidência do Governo Regional	16 186 512	0,9%	14 726 527	0,8%
Vice-Presidência do Governo Regional	32 561 597	1,9%	37 002 077	2,0%
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública	221 062 590	12,6%	221 593 862	11,7%
Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades	5 461 415	0,3%	6 576 548	0,3%
Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto	379 395 410	21,6%	408 287 553	21,6%
Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	516 768 125	29,4%	567 313 506	30,0%
Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação	107 249 200	6,1%	120 381 388	6,4%
Secretaria Regional do Mar e das Pescas	45 182 610	2,6%	49 335 348	2,6%
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas	310 123 725	17,7%	337 114 305	17,8%
Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego	60 198 084	3,4%	67 131 757	3,5%
Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática	46 153 423	2,6%	48 601 329	2,6%
Total	1 755 754 291	100%	1 893 473 500	100%

Nota: Não inclui passivos financeiros e dotação provisional.

As áreas da governação para as quais vão ser canalizados maiores fluxos de recursos são a Saúde e Segurança Social, com 30,0%, seguida da Educação, Cultura e Desporto, com 21,6%.

Na análise às despesas de investimento, por departamento, apresentadas no quadro seguinte, destaca-se a SRTMI, com 37,3% do total do plano, seguindo-se a SRSSS, com 13,8%.

Quadro 18: Despesas de investimento por departamento - subsetor da ARD

Designação	(euros)			
	2024		2025	
	Valor	%	Valor	%
Presidência do Governo Regional	10 521 812	1,4%	8 999 993	1,1%
Vice-Presidência do Governo Regional	25 519 597	3,4%	30 150 000	3,7%
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública	90 275 990	11,9%	89 327 323	10,9%
Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades	3 386 465	0,4%	4 500 000	0,5%
Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto	53 944 335	7,1%	61 000 000	7,5%
Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	112 752 525	14,8%	113 000 000	13,8%
Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação	67 756 900	8,9%	78 000 000	9,5%
Secretaria Regional do Mar e das Pescas	41 175 110	5,4%	45 000 000	5,5%
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas	280 009 725	36,8%	305 724 292	37,3%
Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego	43 468 109	5,7%	50 085 000	6,1%
Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática	31 803 723	4,2%	33 000 000	4,0%
Total	760 614 291	100%	818 786 608	100%

Classificação Funcional

A estrutura da despesa por classificação funcional encontra-se desagregada no quadro seguinte, o qual contempla os montantes previstos para 2025, bem como a sua comparação com o orçamento revisto de 2024.

Considerando este tipo de classificação da despesa pública o destaque vai para os assuntos económicos com 35,9% e, dentro destes, o destaque vai para os transportes com 13,8%.

Quadro 19: Despesa total por classificação funcional - subsetor da ARD

Designação	(euros)			
	2024		2025	
	Valor	%	Valor	%
01. Serviços Gerais das Administrações Públicas	110 301 109	6,3%	110 790 138	5,9%
Órgãos Executivos e Legislativos, Assuntos Financeiros, Fiscais e Externos	40 401 109	2,3%	40 790 138	2,2%
Operações Relacionadas com a Dívida Pública	69 900 000	4,0%	70 000 000	3,7%
03. Segurança e Ordem Pública	12 201 500	0,7%	13 979 309	0,7%
Serviços de Proteção Civil	12 201 500	0,7%	13 979 309	0,7%
04. Assuntos Económicos	637 003 669	36,3%	680 628 503	35,9%
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	157 582 156	9,0%	174 695 907	9,2%
Combustíveis e Energia	30 073 704	1,7%	23 450 449	1,2%
Transportes	231 978 055	13,2%	261 114 933	13,8%
Comunicações	12 956 132	0,7%	17 306 103	0,9%
Outras Atividades	18 760 146	1,1%	16 190 213	0,9%
Investigação e Desenvolvimento em Assuntos Económicos	11 371 518	0,6%	12 982 211	0,7%
Assuntos Económicos N.E.	174 281 958	9,9%	174 888 687	9,2%
05. Proteção do Ambiente	36 120 332	2,1%	41 468 604	2,2%
06. Habitação e Infraestruturas Coletivas	34 185 393	1,9%	40 355 651	2,1%
07. Saúde	473 915 941	27,0%	513 279 754	27,1%
08. Desporto, Recreação, Cultura e Religião	43 933 565	2,5%	45 260 504	2,4%
09. Educação	360 672 482	20,5%	385 686 550	20,4%
10. Proteção Social	47 420 300	2,7%	62 024 487	3,3%
Total	1 755 754 291	100%	1 893 473 500	100%

Nota: Não inclui passivos financeiros e dotação provisional.

5.2 SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

5.2.1 RECEITA

A receita para 2025 do subsetor dos SFA, está estimada em 711,8 milhões de euros.

Neste subsetor, as receitas correntes têm um peso de 76,6%, onde estão incluídos os recebimentos de verbas transferidas pela ARD para as USI e para os Fundos Escolares.

Quadro 20: Resumo da receita para 2025 - subsetor dos SFA

(euros)		
Capítulo	Designação	Valor
	Receitas Correntes	544 940 178
01	Impostos diretos	0
02	Impostos indiretos	0
03	Contribuições para a Segurança Social, C.G.A. E ADSE	0
04	Taxas, multas e outras penalidades	19 435 628
05	Rendimentos de propriedade	2 068 453
06	Transferências	516 269 462
	<i>Administrações Públicas</i>	469 048 341
	<i>Outros Setores</i>	47 221 121
07	Venda de bens e serviços correntes	6 950 405
08	Outras receitas correntes	216 230
	Receitas de Capital	166 845 965
09	Venda de bens de investimento	0
10	Transferências	84 522 982
	<i>Administrações Públicas</i>	68 197 458
	<i>Outros Setores</i>	16 325 524
11	Ativos financeiros	33 492 983
12	Passivos financeiros	48 750 000
13	Outras receitas de capital	80 000
	Receitas Correntes e de Capital	711 786 143
	Outras Receitas	18 000
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	18 000
16	Saldo da gerência anterior	0
	Total	711 804 143

5.2.2 DESPESA

A despesa dos SFA orçamentada para 2025 é apresentada no quadro seguinte, desagregada por classificação económica. Do total da despesa prevista, 56,5% refere-se a despesas com pessoal, e 14,5% a aquisições de bens e serviços correntes.

Quadro 21: Resumo da despesa para 2025 - subsetor dos SFA

			(euros)
Códigos	Designação	Subagrupamentos	Agrupamentos
	Despesas Correntes		623 659 896
01.00	Despesas com pessoal		402 242 858
02.00	Aquisição de bens e serviços correntes		102 978 911
03.00	Juros e outros encargos		2 111 125
04.00	Transferências correntes		69 213 472
04.03 a 04.06	Administrações Públicas	1 065 221	
04.01 - 04.02 / 04.07 a 04.09	Outros Setores	68 148 251	
05.00	Subsídios		46 151 416
06.00	Outras despesas correntes		962 114
	Despesas de Capital		88 144 247
07.00	Aquisição de bens de capital		1 815 958
08.00	Transferências de capital		4 055 306
08.03 a 08.06	Administrações Públicas	121 000	
08.01 - 08.02 / 08.07 a 08.09	Outros Setores	3 934 306	
09.00	Ativos financeiros		82 272 983
10.00	Passivos financeiros		0
11.00	Outras despesas de capital		0
	Total		711 804 143

Da análise por classificação orgânica da despesa neste subsetor, resulta que o departamento da Educação representa 42,8% do total da mesma, seguindo-se o departamento da Saúde e Segurança Social com 26,5%, conforme se pode observar no quadro seguinte.

Quadro 22: Despesa por classificação orgânica para 2025 - subsetor dos SFA

			(euros)
Designação	Valor	%	
Vice-Presidência do Governo Regional	1 931 224	0,3%	
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública	90 236 770	12,7%	
Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto	304 913 644	42,8%	
Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	188 783 806	26,5%	
Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação	24 258 201	3,4%	
Secretaria Regional do Mar e das Pescas	620 000	0,1%	
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas	41 175 101	5,8%	
Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego	56 600 497	8,0%	
Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática	3 284 900	0,5%	
Total	711 804 143	100%	

5.3 ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS

5.3.1 RECEITA

No subsetor das EPR, a previsão das receitas para o ano de 2025 cifra-se em 382,4 milhões de euros, sendo de destacar o capítulo “transferências correntes” que representa 76,5% das receitas das EPR.

Quadro 23: Resumo da receita para 2025 - subsetor das EPR

		(euros)
Capítulo	Designação	Valor
	Receitas Correntes	322 443 404
01	Impostos diretos	0
02	Impostos indiretos	0
03	Contribuições para a Segurança Social, C.G.A. E ADSE	0
04	Taxas, multas e outras penalidades	411 610
05	Rendimentos de propriedade	80 200
06	Transferências	292 361 604
	<i>Administrações Públicas</i>	284 185 832
	<i>Outros Setores</i>	5 948 955
07	Venda de bens e serviços correntes	20 271 410
08	Outras receitas correntes	9 318 580
	Receitas de Capital	59 303 354
09	Venda de bens de investimento	2 885 262
10	Transferências	41 260 500
	<i>Administrações Públicas</i>	8 076 500
	<i>Outros Setores</i>	3 434 141
11	Ativos financeiros	0
12	Passivos financeiros	14 519 297
13	Outras receitas de capital	638 295
14	Recursos Próprios da Comunidade	0
	Receitas Correntes e de Capital	381 746 758
	Outras Receitas	605 150
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	155 150
16	Saldo da gerência anterior	450 000
	Total	382 351 908

5.3.2 DESPESA

Para 2025, estima-se que no subsetor das EPR, o montante total das despesas atinja os 382,4 milhões de euros.

Do total das despesas previstas para 2025, realçam-se os montantes das despesas com pessoal de 175,3 milhões de euros, contribuindo os 3 hospitais com 165,1 milhões de euros (94,2% do total das despesas com pessoal), e a aquisição de bens e serviços com 136,8 milhões de euros, sendo o peso

dos 3 hospitais nesta rubrica de 90,6% (124 milhões de euros), concluindo-se que os 3 hospitais, nestas duas rubricas, representam 75,6%, do total das despesas previstas.

Quadro 24: Resumo da despesa para 2025 - subsector das EPR

(euros)			
Códigos	Designação	Subagrupamentos	Agrupamentos
	Despesas Correntes		317 344 816
01.00	Despesas com pessoal		175 287 566
02.00	Aquisição de bens e serviços correntes		136 792 721
03.00	Juros e outros encargos		2 388 620
04.00	Transferências correntes		1 013 500
04.03 a 04.06	Administrações Públicas	500	
04.01 - 04.02 / 04.07 a 04.09	Outros Setores	0	
05.00	Subsídios		590 767
06.00	Outras despesas correntes		1 271 642
	Despesas de Capital		65 007 092
07.00	Aquisição de bens de capital		45 075 923
08.00	Transferências de capital		511 500
08.03 a 08.06	Administrações Públicas	1 500	
08.01 - 08.02 / 08.07 a 08.09	Outros Setores	510 000	
09.00	Ativos financeiros		500
10.00	Passivos financeiros		19 419 169
11.00	Outras despesas de capital		0
	Total		382 351 908

A desagregação, por classificação orgânica, da despesa total do subsector das EPR evidencia o peso da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, com 76,1% do total da despesa prevista.

Quadro 25: Despesa por classificação orgânica para 2025 - subsector das EPR

(euros)		
Designação	Valor	%
Vice-Presidência do Governo Regional	934 066	0,2%
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública	12 099 024	3,2%
Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades	441 500	0,1%
Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto	1 912 258	0,5%
Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	290 800 910	76,1%
Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação	12 142 000	3,2%
Secretaria Regional do Mar e das Pescas	1 282 500	0,3%
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas	58 116 885	15,2%
Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego	4 622 765	1,2%
	382 351 908	100%

5.4 SETOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO REGIONAL

No quadro subsequente figura o orçamento consolidado para 2025 dos três subsetores da Região.

Quadro 26: Orçamento consolidado do SPAR

	(euros)		
	SI	SFA + EPR	Consolidado
Receitas correntes	1 151 607 500	867 383 582	1 265 761 741
Impostos diretos	315 200 000	0	315 200 000
Impostos indiretos	580 297 500	0	580 297 500
Contribuições para a Seg. Social, CGA e ADSE	0	0	0
Taxas, multas e outras penalidades	9 900 000	19 847 238	29 747 238
Rendimentos da propriedade	3 660 000	2 148 653	5 808 653
Transferências correntes	235 885 000	808 631 066	291 286 725
Administração Regional (SEC 2010)	0	753 229 341	0
Outras transferências	235 885 000	55 401 725	291 286 725
Venda de bens e serviços correntes	6 165 000	27 221 815	33 386 815
Outras receitas correntes	500 000	9 534 810	10 034 810
Receitas de capital	780 841 000	226 149 319	913 217 861
Venda de bens de investimento	700 000	2 885 262	3 585 262
Transferências de capital	530 391 000	125 783 482	579 902 024
Administração Regional (SEC 2010)	0	76 272 458	0
Outras transferências	530 391 000	49 511 024	49 511 024
Ativos financeiros	1 700 000	33 492 983	35 192 983
Passivos financeiros	248 000 000	63 269 297	293 769 297
Outras receitas de capital	50 000	718 295	768 295
Outras receitas	79 025 000	623 150	79 648 150
Recursos próprios comunitários	0	0	0
Reposições não abatidas nos pagamentos	4 025 000	173 150	4 198 150
Saldo da gerência anterior	75 000 000	450 000	75 450 000
Receita total	2 011 473 500	1 094 156 051	2 258 627 752
Receita efetiva	1 686 773 500	996 943 771	1 854 215 472
Despesa correntes	1 323 324 295	941 004 712	1 514 639 666
Despesas com o pessoal	170 864 029	577 530 424	748 394 453
Aquisição de bens e serviços	166 191 893	239 771 632	405 963 525
Juros e outros encargos	70 096 353	4 499 745	74 596 098
Transferências correntes	876 350 664	70 226 972	197 613 295
Administração Regional (SEC 2010)	780 496 375	61 800	31 593 834
Outras transferências	95 854 289	70 165 172	166 019 461
Subsídios	2 855 120	46 742 183	48 872 303
Outras despesas correntes	36 966 236	2 233 756	39 199 992
Despesas de capital	688 149 205	153 151 339	743 988 086
Aquisição de bens de capital	184 379 629	46 891 881	231 271 510
Transferências de capital	387 784 226	4 566 806	312 538 574
Administração Regional (SEC 2010)	79 812 458	0	0
Outras transferências	307 971 768	4 566 806	312 538 574
Ativos financeiros	17 710 350	82 273 483	82 483 833
Passivos financeiros	98 000 000	19 419 169	117 419 169
Outras despesas de capital	275 000	0	275 000
Despesa total	2 011 473 500	1 094 156 051	2 258 627 752
Despesa efetiva	1 895 763 150	992 463 399	2 058 724 750
Saldo efetivo	-208 989 650	4 480 372	-204 509 278

Nota: Não inclui a operação de transformação de dívida comercial em dívida financeira

As receitas correntes estão estimadas em 1 265,8 milhões de euros, das quais 895,5 milhões de euros dizem respeito a receitas fiscais.

Do valor orçamentado para as despesas correntes consolidadas, 748,4 milhões de euros dizem respeito a despesas com pessoal, sendo cerca de 76,6% (573 milhões de euros) afeto aos setores da Saúde e da Educação.

O orçamento consolidado tem por base a eliminação de transferências entre os três subsetores (ARD, SFA e EPR).

De salientar que existe uma diferença de consolidação no subsetor da ARD, no montante de 31,5 milhões de euros, dos quais 21,5 dizem respeito às transferências a efetuar para os Fundos Escolares e 10 milhões de euros às transferências a serem efetuadas para o setor da Saúde.

6. DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL

6.1 DIRETA

No final de setembro de 2024 a dívida direta da RAA atingiu os 2 962 milhões de euros conforme desagregado no quadro seguinte.

Quadro 27: Stock da dívida direta da RAA a 30.09.2024

	Data		Taxa de juro	Montante	Amortizações acumuladas	Capital em dívida a 30.09.2024
	Inicial	Final				
RAA				2 795 668 873,42	369 129 247,26	2 426 539 626,16
Déxia- Obrigações	21-08-2015	21-08-2025	Fixa a 1,85%	147 500 000,00	131 500 000,00	16 000 000,00
CGD/BPI/BCP - Obrigações	16-11-2015	17-11-2025	Euribor 6M + 2,4%	50 000 000,00	40 625 000,00	9 375 000,00
BPI - Obrigações - Reestruturação	08-08-2023	08-08-2028	Euribor 6M+ 0,75%	10 500 000,00	0,00	10 500 000,00
BST	05-05-2017	05-05-2025	Fixa a 3,80%	63 000 000,00	52 500 000,00	10 500 000,00
BPI	06-06-2017	12-06-2025	Euribor 12M+ 2,4%	35 000 000,00	29 166 665,00	5 833 335,00
NB	12-06-2017	14-06-2027	Euribor 12M+ 2,4%	30 000 000,00	0,00	30 000 000,00
BST	30-04-2018	30-04-2026	Fixa a 3,25%	40 000 000,00	26 666 666,64	13 333 333,36
CCAMA	08-06-2018	08-06-2028	Euribor 12M+ 1,75%	50 000 000,00	9 000 000,00	41 000 000,00
CCAMA	15-11-2018	15-11-2028	Euribor 12M + 1,75%	51 000 000,00	6 885 000,00	44 115 000,00
BK/CA - Obrigações	23-07-2019	29-06-2029	Fixa a 1,006%	223 500 000,00	0,00	223 500 000,00
NB Reestruturação Hospitais	10-03-2020	10-03-2028	Euribor 6M+0,95%	25 000 000,00	15 000 000,00	10 000 000,00
NB Açores Reestruturação Hospitais	19-02-2020	19-02-2025	Euribor 6M+1,25%	1 500 000,00	1 200 000,00	300 000,00
BPI - Reestruturação Hospitais	14-01-2020	23-01-2026	Euribor 6M+2,5%	12 368 873,42	8 245 915,62	4 122 957,80
BST - Reestruturação Hospitais	20-02-2020	20-02-2024	Euribor 12M+2,00%	24 500 000,00	24 500 000,00	0,00
BST - Reestruturação Saudaçor	05-02-2020	05-03-2025	Euribor 12M+2,25%	29 800 000,00	23 840 000,00	5 960 000,00
BI/BBVA/BK/CA - Obrigações	06-05-2020	14-04-2027	Fixa a 1,448%	180 000 000,00	0,00	180 000 000,00
CGD/BCP - Obrigações	20-05-2020	20-05-2030	Fixa a 1,55%	200 000 000,00	0,00	200 000 000,00
BPI/CGD e CA/BK - Obrigações	07-10-2020	21-07-2026	Fixa a 0,603%	285 000 000,00	0,00	285 000 000,00
Caixa BI/CA/DB/ BCP	07-09-2021	27-09-2036	Fixa a 1,095%	435 000 000,00	0,00	435 000 000,00
Caixa BI/CA/DB/ BCP	06-04-2022	06-04-2032	Fixa a 2,163%	455 000 000,00	0,00	455 000 000,00
BI/Bankinter/BBVA/DB	28-06-2023	17-11-2028	Fixa 3,720%	230 000 000,00	0,00	230 000 000,00
CCAMA	28-06-2023	28-06-2034	Euribor 3M+0,46%	32 000 000,00	0,00	32 000 000,00
Estado Português	14-06-2024	15-06-2031	Fixa a 3,262%	110 000 000,00	0,00	110 000 000,00
Bankinter	27-07-2024	24-07-2030	Fixa a 3,193%	17 500 000,00	0,00	17 500 000,00
BPI	29-07-2024	02-07-2031	Fixa a 3,235%	17 500 000,00	0,00	17 500 000,00
NBA	25-07-2024	26-07-2031	Fixa a 3,289%	15 000 000,00	0,00	15 000 000,00
NB	26-07-2024	06-07-2031	Fixa a 3,289%	25 000 000,00	0,00	25 000 000,00
LEASING				6 447 156,62	1 631 787,20	4 775 880,44
CGD	21-05-2020	20-05-2035	Fixa a 0,84%	5 035 487,00	1 459 868,09	3 575 618,91
BPI	15-07-2022	15-07-2037	Fixa a 2,77%	1 411 669,62	171 919,11	1 200 261,53
SPHRI				37 421 988,80	23 232 087,18	13 761 501,94
BCP	01-09-2009	01-09-2024	Euribor 3M + 2,25%	11 000 000,00	10 750 000,00	0,00
Montepio	18-03-2014	18-03-2024	Euribor 6M+ 2,00%	2 500 000,00	2 500 000,00	0,00
IHRU	02-10-2014	15-12-2028	Euribor 3M+ 2,454%	1 713 368,00	1 091 210,94	591 877,14
IHRU	03-10-2014	15-12-2028	Euribor 3M+ 2,454%	608 620,80	387 618,81	210 245,99
BPG	19-04-2017	19-04-2025	Euribor 3M+ 2,8%	4 000 000,00	3 436 591,43	426 044,81
BIC	08-06-2018	08-06-2025	Euribor 6M+ 1,95%	17 600 000,00	5 066 666,00	12 533 334,00
Subtotal				2 839 538 018,84	393 993 121,64	2 445 077 008,54

	Data		Taxa de juro	Montante	Amortizações acumuladas	Capital em dívida a 30.09.2024
	Inicial	Final				
SAUDAÇOR				375 056 495,67	48 088 041,31	316 580 413,05
CGD	28-06-2022	05-07-2034	Euribor 12M+1,5%	124 656 495,67	10 388 041,31	103 880 413,05
NB	29-11-2018	13-11-2028	Euribor 6M+0,95%	50 000 000,00	25 000 000,00	25 000 000,00
BI/BST - Obrigações	01-10-2019	01-10-2027	Fixa a 0,491%	120 000 000,00	0,00	120 000 000,00
BST	16-10-2019	16-10-2026	Fixa a 1,526%	25 400 000,00	12 700 000,00	12 700 000,00
BCP	11-12-2019	26-03-2028	Fixa 0,85%	55 000 000,00	0,00	55 000 000,00
SINAGA				15 309 256,81	4 417 108,59	10 892 148,22
Bankinter	28-05-2020	29-05-2025	Euribor 12M+ 1,35%	2 081 911,18	1 561 433,37	520 477,81
BST	28-01-2015	28-10-2026	Fixa 2,75%	6 519 314,75	1 676 176,75	4 843 138,00
CEMAH	30-06-2017	30-03-2028	Euribor + 2%	3 670 807,92	1 179 498,47	2 491 309,45
BPG	30-11-2017	30-11-2026	Euribor 6M+ 1,8%	1 604 166,67	0,00	1 604 166,67
NBA	18-12-2017	18-06-2025	Euribor 12M+ 1,25%	1 433 056,29	0,00	1 433 056,29
SINAGA+ SANTA CATARINA				8 000 000,00	1 389 840,85	6 610 159,15
CCAMA	03-02-2022	07-03-2032	Euribor 12M+ 1,75%	8 000 000,00	1 389 840,85	6 610 159,15
AZORINA				5 730 146,36	2 259 373,81	3 381 360,51
CEMAH	22-10-2020	22-07-2030	Euribor 12M+ 1,00%	900 000,00	171 851,35	638 736,61
CEMAH	25-06-2015	26-06-2025	Euribor 12M+ 2,00%	800 000,00	744 140,34	55 859,66
NBA	30-09-2019	30-03-2030	Euribor 12M+ 1,25%	4 030 146,36	1 343 382,12	2 686 764,24
SATA				173 750 000,00	5 912 929,52	167 837 070,48
DB - Obrigações	25-05-2022	06-11-2030	Fixa 3,000%	155 000 000,00	0,00	155 000 000,00
BPI	16-10-2020	19-08-2028	Fixa 2,76%	18 750 000,00	5 912 929,52	12 837 070,48
LOTAÇOR				21 759 629,92	10 087 207,68	11 651 288,80
BIC	21-06-2017	21-06-2029	Euribor 12M+ 2,375%	5 500 000,00	2 801 242,11	2 698 757,89
BCP	04-04-2019	04-04-2031	Euribor 6M+ 1,95%	5 500 000,00	1 869 280,96	3 630 719,04
BST	11-04-2018	11-12-2025	Euribor 12M+ 2,00%	4 400 000,00	1 649 999,91	2 750 000,09
CEMAH	30-01-2023	30-01-2029	Euribor 6M+ 2,00%	1 759 629,92	258 579,19	1 501 050,73
NBA	23-10-2018	05-05-2037	Fixa 2,570%	4 600 000,00	3 508 105,51	1 070 761,05
	Subtotal			599 605 528,76	72 154 501,76	516 952 440,21
	Total			3 439 143 547,60	466 147 623,40	2 962 029 448,75

Estima-se que para 2025 os encargos com juros não ultrapassem os 70 milhões de euros e que as amortizações se situem nos 98 milhões de euros. De ressaltar que, em resultado da estratégia que se tem vindo a desenvolver nos últimos anos para redução da exposição da região aos riscos da taxa de juro, no final de setembro do corrente ano, cerca de 88% da dívida direta da RAA estava indexada a taxas fixas.

Operações efetuadas em 2024 - Médio e longo prazo

Ao abrigo do disposto no artigo 25.º do DLR n.º 2/2024/A, de 24 de junho, que aprovou o ORAA de 2024 ficou o GRA autorizado a realizar operações de duas naturezas: refinanciamento e conversão de dívida comercial em dívida financeira.

Para o refinanciamento, e nos termos do despacho n.º 68/2024/MEF/XXIV, de 14 de junho, do Ministro de Estado e das Finanças, em junho do corrente ano, a RAA contraiu um empréstimo junto do Estado Português, no montante de 110 milhões de euros, amortizável em prestações anuais, iguais e sucessivas, a 7 anos, com uma taxa de juro fixa que se situou nos 3,262%.

A opção pelo refinanciamento junto do Estado ficou a dever-se:

- À recomendação de diversas instituições financeiras por se tratar de um montante muito reduzido para emitir dívida no mercado internacional e evitar, assim, o risco de falta de liquidez;
- À disponibilidade por parte do Governo da República em avançar com uma operação desta natureza oferecendo condições mais vantajosas que as do mercado.

Para a conversão de dívida comercial em dívida financeira do setor da saúde e conforme previsto no n.º 2 do suprarreferido artigo do diploma que aprovou o ORAA 2024 e ao abrigo do despacho n.º 15/2024/SEAO, de 14 de maio, do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, a Região ficou autorizada a contrair um empréstimo no montante de 75 milhões de euros para efeitos de regularização de pagamentos em atraso. Neste âmbito a RAA formalizou os quatro contratos de financiamento infra descritos:

- 17,5 milhões de euros junto do Bankinter por 7 anos, Bullet, com uma taxa fixa de 3,193%;
- 17,5 milhões de euros junto do Banco BPI por 7 anos, Bullet, com uma taxa fixa de 3,235%;
- 15 milhões de euros junto do NBA, por 7 anos, Bullet, com uma taxa de juro fixa de 3,289% e
- 25 milhões de euros junto do NB, por 7 anos, Bullet, com uma taxa de juro fixa de 3,289%

Estas operações permitiram reduzir substancialmente os custos no âmbito da saúde.

Operações ativas

De acordo com o previsto na presente proposta de ORAA para 2025, o GRA poderá realizar operações ativas até ao montante de 10 000 000,00€, montante inalterado face ao do ano anterior.

Encargos assumidos e não pagos

O quadro seguinte apresenta os encargos assumidos e não pagos do subsetor da ARD, com referência às datas estabelecidas na alínea f) do n.º 3 do artigo 13.º da LEORAA, na sua redação atual.

Quadro 28: Encargos assumidos e não pagos (contas a pagar)

Data	(euros)
	SI
31.12.2023	13 999 115,52
30.06.2024	12 969 401,87

Cumprir destacar que o conceito legal adotado na elaboração da informação exposta corresponde ao saldo das contas a pagar a transitar para o mês seguinte, conforme definido na LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e demais legislação aplicável, cujo reporte é efetuado mensalmente à DGO, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 99.º do DLEO 2024.

Prazo médio de pagamento a fornecedores

A evolução do PMP a fornecedores, relativa aos anos de 2023 e 2024, é apresentada no quadro seguinte, de acordo com a disposição legal aplicável (*cfr.* al. e), do n.º 3, do art.º 13 da LEORAA).

O número de dias que a Região demora, em média, a efetuar pagamentos a fornecedores correntes e de investimento é de 156 dias com referência ao 2º trimestre de 2024.

No subsetor da ARD, o tempo médio para pagamentos a fornecedores, reportado ao segundo trimestre de 2024, é de apenas 27 dias, enquanto no subsetor dos SFA atinge os 114 dias. Já relativamente ao subsetor das EPR é substancialmente superior situando-se nos 328 dias.

Quadro 29: Prazo médio de pagamento a fornecedores

	<i>(dias)</i>	
	PMP 2023	PMP 2024
	4 T	2 T
RAA	152	156

6.2 INDIRETA

6.2.1 AVALES

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 31.º do ORAA 2024, o GRA foi autorizado, a conceder garantias, incluindo cartas de conforto, pela RAA, até ao limite máximo, em termos de fluxos líquidos anuais, de 80 milhões de euros.

Até ao final do 1º semestre de 2024, foram concedidos 2 avales no montante global de 22 milhões de euros, dos quais, apenas, 19 202,00 € representaram novas responsabilidades para a RAA.

A 30.06.2024, a responsabilidade com avales prestados pela RAA cifrava-se em 381 milhões de euros, repartidos do seguinte modo:

Quadro 30: Responsabilidades com avales a 30.06.2024

(euros)

Mutuário	Mutuante	Aval	Capital inicial	Responsabilidade a 30.06.2024
EDA, S.A.	BEI	03/14	50 000 000,00	21 749 999,99
Portos dos Açores, S.A.	BST	07/16	12 500 000,00	8 517 699,44
Portos dos Açores, S.A.	BIC	07/17	7 000 000,00	4 509 734,20
Portos dos Açores, S.A.	Bankinter	14/17	1 766 000,00	933 400,00
Portos dos Açores, S.A.	BIC	06/18	8 900 000,00	4 926 319,64
Ilhas de Valor, S.A.	BST	11/18	700 000,00	39 235,68
Portos dos Açores, S.A.	Bankinter	12/18	4 000 000,00	2 480 529,70
Sata Holding, S.A.	DB	14/18	65 000 000,00	65 000 000,00
IROA, S.A.	CCAMA	01/19	4 000 000,00	2 006 345,84
Ilhas de Valor, S.A.	NBA	02/19	6 660 000,00	4 002 857,14
Portos dos Açores, S.A.	BPI	06/19	11 600 000,00	8 736 631,59
Ilhas de Valor, S.A.	Bankinter	07/19	3 500 000,00	1 053 880,09
Portos dos Açores, S.A.	BPI	10/19	4 700 000,00	3 705 578,96
Lotaçor, S.A.	BPI	01/20	5 000 000,00	3 771 930,33
Portos dos Açores, S.A.	BPI	03/20	9 755 000,00	6 674 473,76
Ilhas de Valor, S.A.	NBA	04/20	2 700 000,00	1 350 000,00
Lotaçor, S.A.	BPI	02/21	8 520 000,00	7 042 544,08
Portos dos Açores, S.A.	BPI	03/21	8 900 000,00	6 511 052,66
Teatro Micaelense, S.A.	Bankinter	05/21	486 000,00	417 427,76
Portos dos Açores, S.A.	NB/NBA	01/22	14 200 000,00	12 543 333,34
Lotaçor, S.A.	NBA	02/22	4 600 000,00	3 035 804,41
Sata Holding, S.A.	BPI	03/22	40 000 000,00	40 000 000,00
Sata Holding, S.A.	DB	04/22	65 000 000,00	65 000 000,00
Sata Holding, S.A.	BIC	05/22	30 000 000,00	30 000 000,00
Portos dos Açores, S.A.	BPI	01/23	11 400 000,00	10 440 000,00
Lotaçor, S.A.	NBA	02/23	1 700 000,00	1 609 734,50
Portos dos Açores, S.A.	Bankinter	03/23	60 000 000,00	60 000 000,00
Lotaçor, S.A.	CEMAH	04/23	4 000 000,00	3 688 311,69
Lotaçor, S.A.	Bankinter	01/24	2 000 000,00	1 250 000,00
Portos dos Açores, S.A.	BPI	02/24	20 000 000,00	0,00
	EPR		18 046 000,00	8 869 746,51
	EPhR		450 541 000,00	372 127 078,29
	Total		468 587 000,00	380 996 824,80

Em termos de fluxos líquidos anuais, é proposta a manutenção do *plafond* de avales em 80 milhões de euros.

6.2.2 CARTAS DE CONFORTO

No final do primeiro semestre do corrente ano, a responsabilidade por parte da RAA com cartas de conforto ascendia a 22,5 milhões de euros, conforme consta no quadro seguinte.

Quadro 31: Responsabilidades com cartas de conforto a 30.06.2024

(euros)

Data	Mutuário	Mutuante	Valor de Emissão	Moeda ¹⁾	Responsabilidade a 30.06.2024
19-12-2023	Atlânticoline, S.A.	NBAçores	3 500 000,00	EUR	1 449 500,00
27-02-2024 ²⁾		Montepio	1 000 000,00	EUR	840 000,00
		Subtotal	4 500 000,00		2 289 500,00
08-06-2018	Lotaçor, S.A.	NBAçores	250 000,00	EUR	0,00
		Subtotal	250 000,00		0,00
28-11-2022	Portos dos Açores, S.A.	BST	1 000 000,00	EUR	0,00
		Subtotal	1 000 000,00		0,00
03-09-2020		BST	10 000,00	EUR	10 000,00
03-09-2020		BST	176 866,00	CAD	120 563,05
03-09-2020	SATA Internacional, S.A.	BST	60 000,00	USD	56 048,58
03-09-2020		BST	241 910,00	USD	225 978,51
18-08-2023		BPI	44 964,00	EUR	44 964,00
		Subtotal	533 740,00	0,00	457 554,14
04-05-2021	Sata Air Açores, S.A.	BCP	53 599,37	EUR	53 599,37
		Subtotal	53 599,37		53 599,37
03-10-2014	AVEA	BST	450 000,00	EUR	441 500,00
		Subtotal	450 000,00		441 500,00
25-02-2013	Cooperativa Lacto-Pico - Lacticínios da Ilha do Pico, CRL	CCAMA	3 000 000,00	EUR	2 668 411,92
		Subtotal	3 000 000,00		2 668 411,92
19-12-2018	UNILEITE, CRL ³⁾	CCAMA	10 000 000,00	EUR	10 000 000,00
		Subtotal	10 000 000,00		10 000 000,00
19-12-2018	Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, CRL	CCAMA	5 000 000,00	EUR	2 398 973,35
		Subtotal	5 000 000,00		2 398 973,35
19-12-2018	UNIQUEIJO, CRL	CCAMA	10 000 000,00	EUR	4 216 453,10
		Subtotal	10 000 000,00		4 216 453,10
		Total	34 787 339,37		22 525 991,88

Notas:

- 1) Nas cartas de conforto com valor de emissão em moeda estrangeira, foi realizado o câmbio da responsabilidade a 30.06.2024, conforme disponível no site do BdP (<https://www.bportugal.pt/conversor-moeda>);
- 2) Carta de conforto n.º 1/24; e
- 3) O montante inicial deste financiamento é de 10 milhões de euros, o que corresponde ao valor de emissão da carta de conforto e à sua responsabilidade a 30.06.2024. Posteriormente o empréstimo foi reestruturado, fazendo com que a responsabilidade do financiamento seja superior ao valor da responsabilidade da RAA com esta carta de conforto.

7. TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTAIS

7.1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL

A participação dos municípios nos impostos do Estado encontra-se definida na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o RFALEI.

O montante global da participação dos municípios da RAA nos impostos do Estado, tal como se encontra fixado na Proposta de Lei n.º 264/XXIV/2024 – Proposta de OE 2025, encontra-se desagregado no quadro seguinte.

Quadro 32: Transferências para as autarquias locais

(euros)

Municípios	FEF	FSM	IRS	IVA	N.º 3 art. 35.º Lei n.º 73/2013	Subtotal	FFF	Total
Angra do Heroísmo	12 792 533	1 074 217	1 618 758	147 497	4 235 748	19 868 753	1 815 258	21 684 011
Calheta de São Jorge	3 532 709	424 304	0	29 445	1 626 202	5 612 660	503 857	6 116 517
Corvo	1 639 359	10 895	22 945	17 830	812 391	2 503 420	0	2 503 420
Horta	6 441 202	482 804	656 474	72 739	2 093 439	9 746 658	1 148 659	10 895 317
Lagoa	5 706 566	575 482	538 242	71 466	2 404 363	9 296 119	549 982	9 846 101
Lajes das Flores	2 889 786	23 859	24 326	22 007	1 444 194	4 404 172	561 431	4 965 603
Lajes do Pico	4 070 190	144 852	133 879	33 077	2 111 538	6 493 536	602 175	7 095 711
Madalena	4 363 241	251 539	229 530	41 351	2 053 151	6 938 812	609 081	7 547 893
Nordeste	4 577 202	152 138	103 266	33 304	2 346 383	7 212 293	744 460	7 956 753
Ponta Delgada	9 305 375	2 513 157	3 036 790	288 908	7 844 638	22 988 868	2 472 153	25 461 021
Povoação	4 664 449	211 966	73 125	40 089	2 020 436	7 010 065	570 962	7 581 027
Ribeira Grande	12 061 375	1 450 398	309 573	137 050	3 937 808	17 896 204	1 386 492	19 282 696
Santa Cruz da Graciosa	3 293 285	149 542	82 374	31 952	1 262 101	4 819 254	369 883	5 189 137
Santa Cruz das Flores	2 450 260	85 455	0	24 326	1 276 990	3 837 031	371 658	4 208 689
São Roque do Pico	3 214 834	116 187	140 550	29 130	1 685 558	5 186 259	507 048	5 693 307
Velas	4 082 141	143 267	0	35 555	2 134 803	6 395 766	573 013	6 968 779
Praia da Vitória	8 582 750	679 455	748 251	91 016	2 738 159	12 839 631	1 073 833	13 913 464
Vila do Porto	4 017 529	201 108	442 982	37 297	1 728 355	6 427 271	499 309	6 926 580
Vila Franca do Campo	5 854 368	390 425	275 855	56 507	1 783 592	8 360 747	571 545	8 932 292
Total	103 539 154	9 081 050	8 436 920	1 240 546	45 539 849	167 837 519	14 930 799	182 768 318

Fonte: Proposta LOE 2025.

7.2 SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL

No cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 13.º da LEORAA, apresentam-se, no Quadro 33, as transferências previstas para as empresas públicas.

Quadro 33: Transferências para as empresas públicas

(euros)

Entidade beneficiária	Total	
	Valor	%
Hospitais, E.P.E.R.	306 486 042,00	73,98%
SATA Air Açores, S.A.	55 974 046,00	13,51%
Portos Açores, S.A.	21 169 772,00	5,11%
EDA, S.A.	11 595 704,00	2,80%
SATA - Gestão de Aeródromos, S.A.	6 693 921,00	1,62%
IROA, S.A.	5 250 000,00	1,27%
Lotaçor, S.A.	4 700 000,00	1,13%
Ilhas de Valor, S.A.	1 500 000,00	0,36%
Teatro Micaelense, S.A.	900 000,00	0,22%
Atlânticoline, S.A.	31 500,00	0,01%
Total	414 300 985,00	100,00%

Nota: Não inclui a operação de transformação de dívida comercial em dívida financeira

8. SITUAÇÃO FINANCEIRA

8.1 SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 13.º da LEORAA, apresenta-se nos Quadros A1 e A2 a posição financeira a 30.06.2024 das entidades que integram o subsetor dos SFA.

8.2 SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL

O GRA tem vindo a executar uma política de reestruturação do SPER, tendo por princípio, que a mesma seja direcionada para a prestação de serviço público e que funcione como um complemento e não um substituto ou concorrente à iniciativa privada. A execução desta reestruturação visa a modernização, a diminuição das desigualdades e a promoção do desenvolvimento social, territorial e económico da sociedade açoriana, assente na estabilidade, previsibilidade e sustentabilidade, articulando o setor público com a iniciativa privada.

Assim, no intuito da prossecução desta política de reestruturação do SPER, desde 31.12.2020, foram realizadas e concretizadas várias medidas, nomeadamente: i) extinção de 4 entidades (SDEA, SINAGA, Azorina e Azores Airlines Vacation (Canadá)); ii) alienação de uma entidade (Naval Canal, Lda.); iii) constituição de uma participação direta (Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu, Lda.), na sequência do processo de extinção da SINAGA; iv) na criação de uma nova holding (Sata Holding, S.A.), no âmbito do grupo SATA.

Sem influência na constituição do SPER, mas com relevância operacional, destacam-se a concessão da exploração de Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A. através de concurso e a alienação por hasta pública dos empreendimentos turísticos das ilhas das Flores e Graciosa, detidas pelas Ilhas de Valor, S.A..

Assim, com referência a 30.06.2024, a RAA participa, direta e indiretamente, em vinte e cinco empresas: seis com participação minoritária, cinco com participação maioritária e catorze onde é detentora da totalidade do capital. Uma das seis participações minoritárias detidas pela RAA é inferior a 10%, o que, nos termos do disposto do DLR n.º 7/2008/A, de 24 de março, na sua redação atual, a coloca para além do perímetro do SPER. A carteira de participações diretas da RAA nas entidades empresariais apresentava um valor nominal de 474,2 milhões de euros.

A composição das participações detidas pela RAA, bem como o valor das mesmas, pode ser consultada no Quadro A3.

Posição financeira

Em conformidade com as alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 13.º da LEORAA, conjugado com o artigo 3.º do DLR n.º 7/2011/A, de 22 de março, apresenta-se nos Quadros A4, A5 e A6 o balanço individual de cada uma das 19 empresas que integram o SPER, assim como a situação patrimonial consolidada, à data de 30.06.2024.

À data mencionada, a situação patrimonial das empresas que constituíam o SPER, apresentava um Ativo total de 2 870,7 milhões de euros, sendo que, deste montante, 202,8 milhões de euros eram referentes às EPR. No Passivo, contabilizou-se um montante global de 2 085,6 milhões de euros, correspondendo às EPR o montante de 246 milhões de euros.

Os Capitais Próprios totalizavam 785,1 milhões de euros, não obstante as EPR terem apresentado Capitais Próprios negativos de 43,1 milhões de euros, consequência dos valores registados nos 3 hospitais da RAA (-102,8 milhões de euros).

O montante global da dívida financeira das entidades do SPER totalizava 716,4 milhões de euros, dos quais 16,5 milhões de euros eram relativos às EPR, repartindo-se conforme quadro seguinte:

Quadro 34: Dívida financeira das entidades do SPER a 30.06.2024

(euros)		
Entidades	Montante contratualizado	Dívida financeira a 30.06.2024
HDES, E.P.E.R.	0,00	0,00
HSEIT, E.P.E.R.	0,00	0,00
HH, E.P.E.R.	0,00	0,00
Atlânticoline, S.A.	5 000 000,00	2 600 611,13
Ilhas de Valor, S.A.	19 701 330,28	10 024 543,97
PJCSC, Lda.	0,00	0,00
Teatro Micaelense, S.A.	589 000,00	417 427,76
IROA, S.A.	5 500 000,00	3 448 845,84
Subtotal EPR	30 790 330,28	16 491 428,70
SATA Holding, S.A.	200 000 000,00	200 000 000,00
SATA Air Açores, S.A.	49 943 326,33	26 388 555,41
SATA Internacional, S.A.	22 202 929,33	618 295,61
SATA Gestão de Aeródromos, S.A.	1 000 000,00	650 000,00
Portos dos Açores, S.A.	175 879 729,28	129 985 810,53
Lotaçor, S.A.	28 770 000,00	21 044 062,24
Santa Catarina, S.A.	0,00	0,00
EDA, S.A.	608 000 000,00	320 638 257,56
Globaleda, S.A.	0,00	0,00
EDA Renováveis, S.A.	6 000 000,00	545 454,50
SEGMA, Lda.	0,00	0,00
Subtotal EPnR	1 091 795 984,94	699 870 435,85
Total	1 122 586 315,22	716 361 864,55

As condições de financiamento das entidades do SPER encontram-se detalhadas nos Quadros A7 e A8.

A 30.06.2024 o número de colaboradores que pertenciam ao SPER era de 7 713, dos quais 4 243 estavam afetos às EPR.

9. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Em cumprimento do disposto na LEORAA em matéria de anexos informativos atinentes ao regime das PPP, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 115/2015, de 28 de agosto (*cf.* art. 13.º, n.º 3, al. d)) e, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 3 do artigo 13.º da LEO, o quadro seguinte reflete as responsabilidades contratuais vencidas e vincendas.

No que concerne às responsabilidades vincendas, importa salientar que em ambas as concessões, quer do setor rodoviário, quer do setor da saúde, se considerou, para 2024, a estimativa dos pagamentos a efetuar neste ano e, para o período remanescente da concessão, as projeções realizadas pelas concessionárias com referência a 31.12.2023.

Comparativamente às mais recentes estimativas inseridas no Relatório da Proposta de ORAA 2024, assiste-se ao desagravamento das responsabilidades com a SCUT de S. Miguel em 10,3 milhões de euros que se deve à revisão em baixa dos encargos com portagens virtuais que decorre das perspetivas futuras de tráfego.

Em sentido inverso, na concessão do setor da saúde regista-se um ligeiro acréscimo das responsabilidades contratuais vincendas, por força da estimativa de evolução futura do IPC, que se traduz num esforço financeiro previsto superior em 1,6 milhões comparativamente ao orçamento homólogo.

Quadro 35: Responsabilidades contratuais vencidas e vincendas com PPP

(milhões de euros)

PPP	2012-2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
SCUT S. Miguel ²⁾	360,6	43,2	67,5	48,1	49,5	51,4	53,1	54,6	56,1	57,7	59,3
Hospital da Ilha Terceira ³⁾	132,3	18,6	13,1	13,3	13,6	13,9	14,1	14,4	14,7	15,0	15,3
Total	493,0	61,8	80,6	61,4	63,1	65,3	67,2	69,1	70,8	72,7	74,6

PPP	2034	2035	2036	2037	2038	2039	Total
SCUT S. Miguel ²⁾	60,9	62,6	87,3	-	-	-	1 111,9
Hospital da Ilha Terceira ³⁾	15,6	15,9	16,3	16,6	16,9	12,1	371,9
Total	76,5	78,5	103,6	16,6	16,9	12,1	1 483,8

Fonte: Concessionárias.

Nota:

- 1) Os valores apresentados encontram-se a preços correntes e incluem IVA à taxa legal em vigor.
- 2) A liquidação do montante efetivamente peticionado, de 19,95 M€, foi considerada em 2025.
- 3) A estimativa de 2024 inclui: i) 5,8 M€ relativos a faturas que transitaram em dívida a 31.12.2023 e que foram liquidadas em janeiro do corrente ano; e ii) 5,8 M€ referentes à remuneração dos meses de julho a dezembro cujo pagamento se prevê que ocorra até final do ano.

10. QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL

A programação plurianual é um instrumento de planeamento a médio prazo (4 anos), sendo os instrumentos de planeamento de curto prazo, designadamente o plano e orçamento anuais, elaborados em sua observância e no seu enquadramento.

A programação plurianual incorpora toda a despesa pública incluída no perímetro de consolidação da administração regional, considerando a totalidade das respetivas fontes de financiamento.

Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 20.º da LFRA "o quadro plurianual de programação orçamental é atualizado anualmente, para os quatro anos seguintes, no decreto legislativo regional que aprova o orçamento da respetiva região autónoma".

À semelhança dos anteriores orçamentos, também a proposta de orçamento para 2025 contém um artigo específico que procede à referida atualização.

De forma distinta, e inovadora, e dando resposta ao compromisso assumido com o Conselho Económico e Social dos Açores, procede-se, nesta proposta, e à semelhança do que sucedeu em 2024, a uma densificação deste QPPO, abrangendo o período compreendido entre 2025 e 2028.

O QPPO apresenta a expressão financeira de todas medidas de política desenhadas para os próximos quatro anos, tanto ao nível do investimento público como ao nível das despesas de funcionamento, e abrange um período caracterizado, por um lado, por uma conjuntura de incerteza e por um contexto geopolítico adverso e, por outro lado, pela possibilidade inédita e irrepetível de financiamento europeu, nomeadamente, através do PRR.

As disposições e o calendário para a execução do PRR, incluindo os marcos e metas relevantes e os indicadores relativos ao seu cumprimento, constituem um imperativo que deve constituir-se como um objetivo comum e partilhado, sendo incontroverso que a não apropriação deste desiderato por parte de todos os intervenientes, que extravasa a dimensão regional, poderá comprometer, irremediavelmente, o acesso da Região, e mesmo do País, a um envelope financeiro excecional e a realização de investimentos estruturais, com efeitos multiplicadores e passíveis de alavancar o desenvolvimento dos Açores.

O contexto em que os documentos orçamentais são propostos, tornam imperativo que os acréscimos significativos nas despesas de funcionamento se concentrem nos setores da saúde e da educação e que, ao nível das despesas de investimento, se continue a dar prioridade aos apoios sociais às famílias e aos idosos, não descurando o apoio ao sector económico regional.

No caso particular da saúde, é considerada, nos mapas orçamentais do presente ano, a possibilidade de, conforme prevê a proposta de LOE 2025, a Região substituir dívida comercial por dívida financeira, no montante de 75 milhões de euros.

A concretização desta possibilidade permitirá tanto a redução do *stock* de dívida a fornecedores por parte das entidades do Serviço Regional de Saúde, como também, do prazo médio de pagamentos a fornecedores.

É apresentado, de seguida, o QPPO, com a estrutura e âmbito definidos na LFRA, desagregado por Programas Orçamentais.

Quadro 36: Quadro plurianual de programação orçamental | 2025-2028

(euros)					
Agrupamento	Programa	2025	2026	2027	2028
Soberania	A01 Órgão Executivo e Legislativo	15 409 300	15 717 486	16 031 836	16 352 472
	A02 Governação e Representação	14 726 527	8 470 716	8 653 278	8 839 821
	Sub-Total agrupamento	30 135 827	24 188 202	24 685 114	25 192 293
Social	A03 Ciência e Inovação	38 813 367	45 695 827	46 757 995	47 846 018
	A04 Saúde e Segurança Social	651 976 222	548 395 841	559 547 170	570 930 943
	A05 Educação	414 340 014	469 513 289	479 328 643	489 353 958
	A06 Media e Comunidades	6 578 048	3 958 563	4 046 899	4 137 232
	A07 Ambiente e Ação Climática	51 006 329	89 237 341	91 328 583	93 470 514
	Sub-Total agrupamento	1 162 713 980	1 156 800 861	1 181 009 290	1 205 738 665
Económica	A08 Finanças e Administração Pública	418 482 072	669 464 161	729 002 227	751 878 287
	A09 Qualificação Profissional e Habitação	118 535 019	115 563 900	117 080 977	118 634 243
	A10 Mar	50 237 848	37 988 906	38 893 956	39 821 190
	A11 Infraestruturas, Transportes, Turismo e Energia	420 090 315	424 812 706	433 198 535	441 790 807
	A12 Agricultura e Alimentação	133 432 691	110 084 204	112 293 881	114 554 478
	Sub-Total agrupamento	1 140 777 945	1 357 913 877	1 430 469 577	1 466 679 005
	Total Geral	2 333 627 752	2 538 902 940	2 636 163 981	2 697 609 962

Sublinhe-se que o QPPO apresentado contempla os limites da despesa pública prevista para o período 2025-2028 e assenta numa projeção equilibrada e conservadora das principais fontes de financiamento do orçamento da Região.

As receitas próprias da Região constituem a principal fonte de financiamento, e representam, em termos médios, cerca de 60% das receitas totais, estimando-se um crescimento anual moderado, da ordem dos 4% ao ano, inferior ao registado nos últimos 4 anos (5,7%).

As receitas fiscais representam cerca de 88% das receitas próprias da Região, tendo-se estimado um crescimento de 5%, igualmente, inferior ao observado nos últimos anos.

No que se refere às transferências do OE, ao abrigo da LFRA, estimou-se um crescimento médio da ordem dos 3%, as quais, atualmente, dependem da evolução da despesa corrente do Estado ou do PIB nacional.

Por seu turno, a previsão das transferências da UE contempla os diversos fundos disponíveis, sobretudo decorrentes do PRR e do Açores 2030.

As despesas de funcionamento registam um acréscimo médio moderado de cerca de 2%, tendo em conta, as diminuições já observadas e a expectável estabilização das taxas de juro e da inflação.

O investimento público previsto, em média, será superior aos 750 milhões de euros, no período em referência.

11. OUTROS ANEXOS INFORMATIVOS

No que se refere à matéria prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 13.º da LEORAA, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 115/2015, de 28 de agosto, importa referir que as empresas públicas regionais se encontram impossibilitadas de assumir responsabilidades desta natureza sem a devida autorização, por imposição legal, pelo que, relativamente a estas entidades, não existe informação a reportar.

Assim sendo, esta natureza de operações resume-se apenas à Região, sucedendo que, nos termos do normativo contabilístico aplicável às administrações públicas, as responsabilidades com avales e cartas de conforto configuram passivos contingentes, pelo que não são objeto de reconhecimento no balanço, havendo lugar à sua divulgação conforme consta do ponto 6.2 do presente relatório.

Por outro lado, subsistem outros anexos informativos que demonstram, claramente, a necessidade de revisão da LEORAA, harmonizando-a com a LEO, constituindo disso exemplo a informação acerca da execução orçamental do subsetor da administração local (vide al. c), n.º 2, art. 13.º da LEORAA) cuja informação a Região, naturalmente, não dispõe nem tampouco se descortina a sua relevância para a apreciação e votação do orçamento regional.

O anexo respeitante aos subsídios regionais afigura-se redundante, na medida em que os respetivos critérios de atribuição já se encontram suficientemente detalhados nos diplomas que procedem à sua regulamentação (cfr. al. f), n.º 1, art. 13.º da LEORAA).

11.1 EQUIDADE INTERGERACIONAL

Neste subponto procede-se à apreciação da incidência orçamental futura das matérias tipificadas no n.º 3 do art. 13º da LEO, aplicável ao subsetor da administração regional por força do n.º 2 do art. 2.º desse diploma.

Face ao acima exposto acerca dos passivos contingentes, faz-se notar que, não se encontrando qualquer beneficiário de avales e cartas de conforto em situação de incumprimento perante as entidades financiadoras, esta natureza de responsabilidades não concorreu para o apuramento abaixo apresentado (vide al. e) do n.º 3 do artigo 13.º da LEO).

Para efeitos da alínea f) da disposição legal mencionada, a informação apresentada no quadro 35 contempla todos os encargos (explícitos e implícitos) relacionados com PPP, acrescendo-se enquanto compromissos financeiros de caráter plurianual, as responsabilidades emergentes dos contratos ARAAL e acordos de cooperação, bem como o protocolo com a Diocese de Angra.

A responsabilidade da Região com pensões (cfr. al. g), n.º 3, art. 13.º da LEO) resulta do complemento regional de pensão regulado pelo DLR n.º 8/2002/A, de 10 de abril, na sua redação atual.

Relativamente ao impacto orçamental futuro em matéria fiscal elencado na LEO (cfr. al. h), n.º 3, art. 13.º) note-se que não existe despesa fiscal associada às deduções à coleta previstas no artigo 6.º do DLR n.º 2/99/A, de 20 de janeiro.

Por conseguinte, a despesa fiscal nesta área respeita à redução das taxas nacionais em sede de IRS, IRC e IVA, até ao limite legalmente admitido, a que se soma o benefício fiscal aplicável aos territórios

do Interior e às Regiões Autónomas (art. 41.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais), nos termos do disposto no art. 38.º do DLR n.º 1/2023/A, de 5 de janeiro, e na RCG n.º 74/2023, de 5 de maio.

Quadro 37: Equidade intergeracional

(milhões de euros)

Designação	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Dívida financeira	99,9	327,4	375,6	392,7	237,5	368,1	22,4	467,1	28,1	11,1	0,4
Subsetor da ARD	96,6	324,7	374,1	391,3	237,1	367,9	22,1	466,9	27,9	10,9	0,2
Subsetor das EPR	3,3	2,6	1,5	1,4	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
PPP	80,6	61,4	63,1	65,3	67,2	69,1	70,8	72,7	74,6	76,5	78,5
Contratos ARAAL e acordos de cooperação ¹⁾	5,4	2,2	1,6	1,4	0,7	0,4	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1
Diocese de Angra	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2
Complemento regional de pensão	36,8	37,7	38,5	39,4	40,2	41,1	42,0	42,9	43,9	44,8	45,8
Total	223,0	428,9	479,1	498,9	345,9	479,0	135,8	583,1	147,0	132,9	125,1

Designação	2036	2037	2038	2039	2040	Total
Dívida financeira	435,2	0,1	-	-	-	2 765,8
Subsetor da ARD	435,2	0,1	-	-	-	2 755,1
Subsetor das EPR	-	-	-	-	-	10,7
PPP	103,6	16,6	16,9	12,1	-	929,0
Contratos ARAAL e acordos de cooperação ¹⁾	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	13,1
Diocese de Angra	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	3,5
Complemento regional de pensão	46,8	47,9	48,9	50,0	51,1	698,0
Total	585,9	64,9	66,1	62,3	51,3	4 409,3

Nota:

- 1) Ainda que se prolonguem para além do horizonte temporal apresentado, em concreto até 2052, as responsabilidades identificadas, por envolverem montantes materialmente irrelevantes, sem qualquer impacto na apreciação do princípio orçamental aludido, não foram incluídas no quadro.

Da análise à distribuição das responsabilidades previstas na lei resulta, desde logo, a expressividade dos encargos associados à dívida financeira (amortizações de capital) sobre as demais responsabilidades, exceção feita aos anos de 2031, 2033-2035 e de 2037 em diante.

Nos termos e para efeitos da alínea c) do n.º 3 do artigo 13.º da LEO, note-se que a gestão da dívida pública se mantém pautada pela transparência sendo sempre direcionada para o não comprometimento da equidade intergeracional.

Ressalva-se que, a análise desenvolvida aquando da contratação de novas operações de financiamento não se limita a uma observação estanque das operações de *per si*, sendo igualmente considerados, os encargos futuros já existentes, de modo a não penalizar em demasia anos aos quais já estão afetas amortizações promovendo, assim, o alisamento do perfil das amortizações da dívida.

Em emissões obrigacionistas recentes a opção tem recaído sobre operações *bullet*. Esta escolha resulta, principalmente, do facto de existir uma maior procura nos mercados internacionais por operações desta natureza. No que respeita à liquidez dos mercados internacionais observa-se que

esta aumenta proporcionalmente com o valor da operação, traduzindo-se, obviamente, numa redução do preço. Isto é, agregando valores que se tornem mais apetecíveis para os mercados e, assim, a RAA tem mais facilidade em colocar as suas emissões, conseguindo, simultaneamente, preços mais competitivos.

Acresce ainda que, tradicionalmente, não se tem optado por maturidades excessivamente longas garantindo maturidades médias que dificilmente comprometem a equidade intergeracional. Deste facto resulta, necessariamente, que a distribuição intertemporal do perfil das amortizações se concentre nos primeiros 10 a 12 anos.

Por último, de referir que o investimento em capacitação humana é maioritariamente cofinanciado pela UE, designadamente ao abrigo do Fundo Social Europeu. A parcela financiada pelo orçamento regional, nomeadamente a formação ministrada pelo CEFAPA, não se afigura materialmente relevante para observância deste princípio orçamental, motivo pelo qual não consta do quadro supra (vide al. b), n.º 3, art. 13.º da LEO).

PROPOSTA
XIV GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES



ORAA

Quadro A 1: Balanço provisório dos SFA em 30.06.2024 - Ativo

Entidades	Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Intangíveis	Participações Financeiras - método da equivalência patrimonial	Créditos a Receber	Total do Ativo Não Corrente	Inventários	Clientes	Estado e Outros Entes Públicos	Outros Créditos a Receber	Diferimentos	Outros Ativos Financeiros	Ativos não Correntes Detidos para Venda	Caixa e Depósitos Bancários	Total do Ativo Corrente	Total do Ativo
IAMA	39 870 435	157 132	0	0	40 027 567	901 204	797 787	0	60 833	73 339	0	0	3 183 956	5 017 120	45 044 687
FUNDOPESCA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	69 621	69 621	69 621
ERSARA	38 528	5 684	0	0	44 212	0	120 483	150	0	0	0	0	914 789	1 035 421	1 079 634
SRPCBA	2 152 623	0	0	0	2 152 623	0	11 876	0	206 440	0	0	0	1 292 445	1 510 761	3 663 383
FRACDE	1 488 976	0	13 832 774	0	15 321 749	0	6 901 196	323	0	0	0	0	-157 253	6 744 266	22 066 015
FRCT	243 338	0	0	0	243 338	0	0	0	20 105	125	0	0	1 097 729	1 117 959	1 361 297
FRTT	144 567	0	0	0	144 567	0	-321	0	0	0	0	0	3 738 306	3 737 985	3 882 552
FRE	16 606	0	0	186 117	202 723	0	-134 594	0	32 123 776	-117	0	0	6 238 396	38 227 462	38 430 185
FE EBI Roberto Ivens	573 537	55 566	0	0	629 103	9 363	0	0	0	0	0	0	698 658	708 020	1 337 123
FE EBI Canto Maia	718 336	50 282	0	0	768 618	131 856	0	0	-391 140	142	0	0	855 460	596 319	1 364 936
FE EBS Nordeste	245 239	10 329	0	0	255 569	58 132	0	0	0	261	0	0	322 079	380 471	636 040
FE EBI de Lagoa	286 755	22 558	0	0	309 313	12 981	0	0	0	0	0	0	416 278	429 259	738 572
FE EBI de Ribeira Grande	935 223	36 370	0	0	971 593	10 767	0	0	-275 775	0	0	0	550 538	285 530	1 257 123
FE EBS de Santa Maria	583 229	31 923	0	0	615 152	41 343	0	1	0	0	0	0	451 532	492 877	1 108 028
FE EBI de Vila de Capelas	672 099	32 505	0	0	704 603	21 179	-559	0	-336 971	0	0	0	672 435	356 083	1 060 687
FE EBS Armando Côrtes-Rodrigues	420 807	0	0	0	420 807	18 688	0	0	0	0	0	0	654 642	673 330	1 094 137
FE EBI de Rabo de Peixe	518 956	79 989	0	0	598 945	113 316	0	0	-377 799	0	0	0	743 475	478 992	1 077 937
FE EBI de Arrifes	512 264	30 067	0	0	542 331	12 324	0	0	-317 838	0	0	0	677 999	372 485	914 816
FE EBI Angra do Heroísmo	289 731	34 522	0	0	324 253	14 911	0	0	0	75	0	0	727 666	742 653	1 066 906
FE EBI Praia da Vitória	435 351	25 166	0	0	460 517	74 905	-5 007	0	-426 627	0	0	0	862 766	506 037	966 555
FE EBI dos Biscoitos	257 644	9 817	0	0	267 461	6 966	0	0	0	0	0	0	195 809	202 775	470 236
FE EBS da Graciosa	330 136	20 381	0	0	350 517	13 431	0	0	0	0	0	0	311 466	324 897	675 414
FE EBS das Velas	339 010	7 189	0	0	346 199	42 462	0	0	-161 352	0	0	0	322 978	204 088	550 287
FE EBS da Calheta	374 941	3 634	0	0	378 575	8 002	0	0	-102 222	1 290	0	0	209 879	116 948	495 523
FE EBI da Horta	212 528	28 351	0	0	240 879	28 194	0	0	0	1 149	0	0	516 945	546 288	787 167
FE EBS das Lajes do Pico	204 551	12 964	0	0	217 515	18 014	0	0	0	0	0	0	377 769	395 782	613 298
FE EBS São Roque do Pico	295 721	21 503	0	0	317 224	28 263	0	0	-123 219	0	0	0	283 632	188 676	505 900
FE EBS das Flores	241 832	0	0	0	241 832	2 840	0	0	-106 243	0	0	0	242 314	138 911	380 744
FE ES Antero de Quental	373 511	60 322	0	0	433 832	8 282	0	0	0	0	0	0	71 044	79 327	513 159
FE ES Domingos Rebelo	855 686	85 998	0	0	941 684	136 694	0	0	-402 583	0	0	0	1 177 656	911 767	1 853 451
FE ES Ribeira Grande	772 903	30 246	0	0	803 149	37 301	0	0	-394	0	0	0	518 672	555 580	1 358 729
FE ES das Laranjeiras	389 708	0	0	0	389 708	5 952	0	0	0	0	0	0	454 897	460 849	850 557
FE ES Jerónimo E. Andrade	298 063	107 175	0	0	405 237	22 064	0	0	-248 136	74	0	0	584 713	358 716	763 953
FE ES Manuel de Arriaga	178 397	24 137	0	0	202 534	73 554	0	0	0	321	0	0	365 978	439 853	642 387
F Cons. Reg. de PDL	114 325	0	0	0	114 325	0	0	0	-73 081	0	0	0	150 727	77 646	191 971
FE ES Vitorino Nemésio	539 536	25 399	0	0	564 934	67 518	0	0	0	0	0	0	-557 899	-490 381	74 553
FE EBS da Povoação	269 540	19 329	0	0	288 868	11 658	0	0	-14	0	0	0	472 108	483 752	772 620
FE EBS da Madalena	554 478	0	0	0	554 478	14 410	0	0	318	0	0	0	440 780	455 507	1 009 985
FE EBS Mouzinho Silveira	47 458	867	0	0	48 324	6 568	0	0	0	0	0	0	57 151	63 719	112 044
Subtotal	56 796 564	1 029 405	13 832 774	186 117	71 844 860	1 953 142	7 690 861	474	29 068 079	76 659	0	0	30 208 135	68 997 349	140 842 209

(euros)

Entidades	Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Intangíveis	Participações Financeiras - método da equivalência patrimonial	Créditos a Receber	Total do Ativo Não Corrente	Inventários	Clientes	Estado e Outros Entes Públicos	Outros Créditos a Receber	Diferimentos	Outros Ativos Financeiros	Ativos não Correntes Detidos para Venda	Caixa e Depósitos Bancários	Total do Ativo Corrente	Total do Ativo
FE EBI da Vila do Topo	182 900	6 831	0	0	189 731	9 502	0	0	779	97	0	0	89 083	99 461	289 192
FE EBS Tomás de Borba	951 579	56 299	0	0	1 007 878	34 653	0	0	-404 220	0	0	0	807 580	438 012	1 445 890
FE EBI da Maia	307 688	34 528	0	0	342 216	16 073	993	0	-162 595	1 021	0	0	334 795	190 287	532 503
FE EBI de Ginetes	518 669	15 306	0	0	533 975	6 449	0	0	0	0	0	0	313 567	320 017	853 992
FE ES de Lagoa	254 338	12 989	0	0	267 327	4 830	0	0	48	0	0	0	457 851	462 729	730 056
FE EBI Água de Pau	164 202	23 244	0	0	187 446	30 252	0	0	-124 479	0	0	0	297 751	203 523	390 969
FE EBI de Ponta Garça	162 665	7 980	0	0	170 645	15 484	0	0	0	0	0	0	246 063	261 547	432 192
FE EBI Franc. F. Drummond	222 874	15 396	0	0	238 271	19 934	0	0	-116 430	0	0	0	284 764	188 269	426 540
Centro de Qualificação dos Açores (CQA)	72 630	4 282	0	0	76 911	0	0	0	-27	250	0	0	168 775	168 999	245 910
ISSA, I.P.R.A.	1 138 037	0	0	0	1 138 037	0	0	0	2 620	0	0	0	449 552	452 172	1 590 209
RIAC	1 533 559	131 485	0	0	1 665 044	21 691	165 402	0	0	0	0	0	510 636	697 729	2 362 773
Fundo de Capitalização das Empresas dos Açores	0	0	0	0	0	0	0	26 364	0	0	15 069 208	0	1 348 519	16 444 092	16 444 092
USI S. Maria	593 692	0	0	0	593 692	83 321	26 993	0	901 785	0	0	0	388 086	1 400 185	1 993 877
USI S. Miguel	3 346 852	13	0	0	3 346 865	490 860	266 922	0	22 142 198	444 972	0	0	2 207 154	25 552 105	28 898 970
USI Terceira	4 535 277	156 525	0	0	4 691 802	851 170	532 900	0	8 817 361	2 242	0	0	2 187 772	12 391 445	17 083 247
USI Graciosa	303 174	0	0	0	303 174	259 481	62 472	0	458 174	0	0	0	196 510	976 637	1 279 812
USI São Jorge	366 979	0	0	0	366 979	748 785	141 938	0	1 207 900	0	0	0	433 582	2 532 204	2 899 183
USI Pico	352 441	0	0	0	352 441	355 515	30 950	0	3 668 698	0	0	0	470 034	4 525 197	4 877 638
USI Faial	169 690	263	0	0	169 952	135 719	5 057	0	1 584 631	0	0	0	305 878	2 031 285	2 201 237
USI Flores	294 661	0	0	-4 178	290 483	237 055	215 364	0	4 976	0	458 380	0	309 012	1 224 788	1 515 271
USI Corvo	193 358	0	0	0	193 358	42 444	0	0	127 389	0	0	0	35 638	205 470	398 829
COA	290 030	0	0	0	290 030	24 257	657	0	0	0	0	0	622 265	647 178	937 208
Subtotal	15 955 296	465 140	0	-4 178	16 416 258	3 387 477	1 449 646	26 364	38 108 808	448 582	15 527 588	0	12 464 866	71 413 332	87 829 590
Total	72 751 860	1 494 544	13 832 774	181 939	88 261 118	5 340 619	9 140 507	26 838	67 176 887	525 241	15 527 588	0	42 673 001	140 410 681	228 671 799

Quadro A 2: Balanço provisório dos SFA em 30.06.2024 - Capital Próprio e Passivo

Entidades	Capital subscrito	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos/ Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do capital próprio	Provisões	Responsab. por benefícios pós-emprego	Total do Passivo não Corrente	Fornecedores	Adiantamentos de Clientes	Estado e Outros Entes Públicos	Outras Dívidas a Pagar	Diferimentos	Total do Passivo Corrente	Total do Passivo	Total do Capital Próprio e do Passivo
IAMA	2 203 724	0	-668 845	0	38 231 438	1 818 670	41 584 988	2 605	0	2 605	101 582	0	508 923	1 582 913	1 263 676	3 457 094	3 459 699	45 044 687
FUNDOPESCA	98 551	0	90 786	0	0	-119 716	69 621	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	69 621
ERSARA	0	0	1 596 689	0	-500 000	-64 667	1 032 023	0	0	0	418	0	7 370	39 823	0	47 611	47 611	1 079 634
SRPCBA	786 185	0	1 232 562	0	369 682	415 557	2 803 987	0	0	0	433 613	0	67 459	358 325	0	859 397	859 397	3 663 383
FRACDE	2 350 479	0	2 128 596	0	1 668 643	2 388 328	8 536 046	0	0	0	14 772	0	8 904	13 506 293	0	13 529 969	13 529 969	22 066 015
FRCT	0	0	1 217 829	0	0	-316 359	901 469	0	0	0	5 790	0	23 313	69 750	360 974	459 828	459 828	1 361 297
FRTT	851 707	0	-80 843	0	0	-506 257	264 607	0	0	0	57 654	0	4 519	3 555 772	0	3 617 945	3 617 945	3 882 552
FRE	9 164 963	0	25 859 274	0	0	4 223 034	39 247 271	45 700	0	45 700	-61 932	0	43 277	-844 131	0	-862 786	-817 086	38 430 185
FE EBI Roberto Ivens	11 992 342	0	-12 923 771	0	208 256	1 251 155	527 983	0	0	0	136 003	3 596	0	669 542	0	809 141	809 141	1 337 123
FE EBI Canto Maia	111 909	0	-2 119 346	10	1 183 610	-64 889	-888 707	0	0	0	114 271	16 323	342 191	1 780 858	0	2 253 643	2 253 643	1 364 936
FE EBS Nordeste	7 852	0	-821 406	0	302 000	25 495	-486 059	0	0	0	71 149	1 346	283 509	766 040	55	1 122 099	1 122 099	636 040
FE EBI de Lagoa	93 325	0	-619 599	0	202 549	74 655	-249 070	0	0	0	48 726	4 571	391 768	542 577	0	987 641	987 641	738 572
FE EBI de Ribeira Grande	48 639	0	-1 309 205	0	988 009	-51 705	-324 261	0	0	0	63 537	4 992	243 659	1 269 195	0	1 581 384	1 581 384	1 257 123
FE EBS de Santa Maria	89 905	0	-234 436	0	216 047	552 419	623 934	0	0	0	60 191	3 140	414 126	6 629	7	484 094	484 094	1 108 028
FE EBI de Vila de Capelas	96 672	44 423	-1 325 038	0	470 995	-59 539	-772 487	0	0	0	3 339	3 537	302 314	1 523 983	0	1 833 173	1 833 173	1 060 687
FE EBS Armando Côrtes-Rodrigues	109 628	0	-765 525	0	120 445	-40 212	-575 664	0	0	0	95 609	4 342	0	1 569 850	0	1 669 801	1 669 801	1 094 137
FE EBI de Rabo de Peixe	3 210 664	0	-4 727 704	0	478 977	200 437	-837 626	0	0	0	73 868	613	349 638	1 491 444	0	1 915 563	1 915 563	1 077 937
FE EBI de Arrifes	81 119	0	-1 176 550	0	346 743	60 686	-688 002	0	0	0	60 165	4 862	283 970	1 253 820	0	1 602 818	1 602 818	914 816
FE EBI Angra do Heroísmo	8 755 654	0	-9 551 031	0	-88 394	-95 686	-979 457	0	0	0	82 957	8 194	617 829	1 337 382	0	2 046 362	2 046 362	1 066 906
FE EBI Praia da Vitória	694 810	0	-1 790 145	0	160 353	-99 991	-1 034 973	0	0	0	171 874	20 793	0	1 808 861	0	2 001 528	2 001 528	966 555
FE EBI dos Biscoitos	189 381	0	-481 580	0	176 339	398 675	282 815	0	0	0	12 046	1 563	0	173 812	0	187 421	187 421	470 236
FE EBS da Graciosa	37 589	0	-543 758	0	204 847	617 492	316 169	0	0	0	64 871	0	290 954	3 420	0	359 245	359 245	675 414
FE EBS das Velas	513 939	0	-1 797 536	0	942 229	676 672	335 304	0	0	0	64 548	4 156	145 276	1 002	0	214 983	214 983	550 287
FE EBS da Calheta	92 784	4 120	-530 860	0	548 728	-35 936	78 836	0	0	0	70 723	1 498	0	344 462	5	416 688	416 688	495 523
FE EBI da Horta	150 095	0	-1 217 873	0	97 059	99 565	-871 154	0	0	0	31 543	5 065	494 834	1 120 586	6 293	1 658 321	1 658 321	787 167
FE EBS das Lajes do Pico	276 049	0	-934 881	0	326 130	-17 395	-350 097	0	0	0	64 994	3 627	351 983	542 791	0	963 394	963 394	613 298
FE EBS São Roque do Pico	124 016	0	-399 796	0	223 335	24 506	-27 939	0	0	0	55 629	4 095	0	474 074	41	533 839	533 839	505 900
FE EBS das Flores	57 963	98 807	-282 402	0	90 826	-10 917	-45 723	0	0	0	51 487	2 842	102 892	268 962	284	426 466	426 466	380 744
FE ES Antero de Quental	10 813 326	0	-12 136 504	0	15 660	174 862	-1 132 656	0	0	0	50 069	2 382	48 221	1 545 143	0	1 645 815	1 645 815	513 159
FE ES Domingos Rebelo	37 007	0	-924 887	0	128 670	234 741	-524 469	0	0	0	46 259	7 365	0	2 324 097	200	2 377 920	2 377 920	1 853 451
FE ES Ribeira Grande	15 044 033	0	-15 496 243	0	199 542	76 867	-175 801	0	0	0	54 435	3 642	195 926	1 280 529	0	1 534 531	1 534 531	1 358 729
FE ES das Laranjeiras	75 166	0	-815 160	0	243 929	-38 335	-534 399	0	0	0	44 298	2 046	402 529	936 082	0	1 384 956	1 384 956	850 557
FE ES Jerónimo E. Andrade	13 454 352	0	-13 784 000	0	155 774	-120 531	-294 406	0	0	0	79 895	20 490	219 762	739 394	617	1 058 539	1 058 359	763 953
FE ES Manuel de Arriaga	24 186 857	0	-24 756 560	0	19 590	-59 914	-610 028	0	0	0	136 162	2 815	0	1 113 438	0	1 252 415	1 252 415	642 387
F Cons. Reg. de PDL	18 036	0	-366 756	0	84 349	32 215	-232 157	0	0	0	1 280	0	68 689	354 159	0	424 128	424 128	191 971
FE ES Vitorino Nemésio	817 754	0	-1 115 003	0	300 525	-426 945	-423 669	0	0	0	43 255	1 851	351 629	101 487	0	498 222	498 222	74 553
FE EBS da Povoação	276 439	0	-835 749	0	254 065	83 160	-222 085	0	0	0	82 936	3 093	415 047	493 628	0	994 705	994 705	772 620
FE EBS da Madalena	11 992	2 212	-478 057	118	169 273	36 820	-257 642	0	0	0	60 021	18 633	383 820	804 740	414	1 267 627	1 267 627	1 009 985
FE EBS Mouzinho Silveira	40 815	0	-117 643	0	25 478	-11 770	-63 121	0	0	0	4 847	473	0	169 845	0	175 164	175 164	112 044
Subtotal	106 965 719	149 562	-83 002 955	127	48 565 701	11 325 246	84 003 401	48 305	0	48 305	2 552 887	161 944	7 362 531	45 080 576	1 632 564	56 790 503	56 838 808	140 842 209

(euros)

Entidades	Capital subscrito	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do capital próprio	Provisões	Responsab. por benefícios pós-emprego	Total do Passivo não Corrente	Fornecedores	Adiantamentos de Clientes	Estado e Outros Entes Públicos	Outras Dívidas a Pagar	Diferimentos	Total do Passivo Corrente	Total do Passivo	Total do Capital Próprio e do Passivo
FE EBI da Vila do Topo	15 318	0	-59 863	0	97 824	12 685	65 963	0	0	0	20 712	0	0	202 518	0	223 229	223 229	289 192
FE EBS Tomás de Borba	27 340 725	0	-27 761 916	0	463 447	-109 113	-66 857	0	0	0	106 033	10 232	362 573	1 033 910	0	1 512 747	1 512 747	1 445 890
FE EBI da Maia	30 166	0	-458 411	2 174	269 120	-65 889	-222 841	0	0	0	78 472	3 753	154 456	518 662	0	755 344	755 344	532 503
FE EBI de Ginetes	11 715	307 697	-763 854	0	563 747	25 462	144 765	0	0	0	50 974	2 345	45	655 863	0	709 227	709 227	853 992
FE ES de Lagoa	6 968 706	0	-7 318 472	0	124 624	476 086	250 944	0	0	0	74 595	3 654	0	400 863	0	479 112	479 112	730 056
FE EBI Água de Pau	50 971	0	-384 951	0	140 792	-10 885	-204 073	0	0	0	30 754	3 039	113 985	447 264	0	595 042	595 042	390 969
FE EBI de Ponta Garça	0	0	-1 030 355	0	794 965	431 790	196 400	0	0	0	42 766	1 500	81 411	110 116	0	235 792	235 792	432 192
FE EBI Franc. F. Drummond	0	2 015 890	-2 689 226	0	624 286	309 930	260 881	0	0	0	53 140	2 637	0	109 882	0	165 659	165 659	426 540
Centro de Qualificação dos Açores (CQA)	7 600 556	-7 653 070	0	0	128 374	8 554	84 415	0	0	0	17 078	0	91 304	53 114	0	161 495	161 495	245 910
ISSA, LP.R.A.	0	0	1 711 371	0	0	-134 376	1 576 995	0	0	0	7 567	0	5 622	24	0	13 214	13 214	1 590 209
RIAC	1 489 104	0	-1 355 258	0	1 061 035	-272 845	922 036	0	0	0	545 156	0	158 219	737 363	0	1 440 737	1 440 737	2 362 773
Fundo de Capitalização das Empresas dos Açores	16 250 000	-444 337	0	0	0	-192 077	15 613 586	0	0	0	0	0	0	830 506	0	830 506	830 506	16 444 092
USI S. Maria	0	0	373 670	0	254 582	234 369	862 621	0	0	0	623 739	0	159 647	347 870	0	1 131 256	1 131 256	1 993 877
USI S. Miguel	4 316 900	0	-8 076 282	0	6 753 737	-4 800 337	-1 805 982	0	0	0	29 079 102	226	1 558 739	66 885	0	30 704 952	30 704 952	28 898 970
USI Terceira	6 471 061	0	-2 862 572	5 736	1 004 693	41 576	4 660 494	0	0	0	9 590 623	0	608 389	2 223 741	0	12 422 753	12 422 753	17 083 247
USI Graciosa	-2 928	0	-1 068 302	0	1 570 615	-97 079	402 306	0	0	0	406 996	0	123 663	346 847	0	877 506	877 506	1 279 812
USI São Jorge	152 538	0	-1 862 036	0	2 124 532	955 196	1 370 230	0	0	0	1 285 106	0	220 369	23 477	0	1 528 953	1 528 953	2 899 183
USI Pico	554 883	406 318	-8 015 126	154 262	5 727 994	1 845 168	673 498	0	877 273	877 273	2 906 624	0	406 392	13 851	0	3 326 867	4 204 140	4 877 638
USI Faial	46 947	0	-1 064 365	0	1 627 658	526 076	1 136 316	0	0	0	815 045	0	193 442	56 434	0	1 064 921	1 064 921	2 201 237
USI Flores	60 619	0	-3 099 553	0	3 234 786	116 193	312 046	0	0	0	854 947	0	106 275	242 004	0	1 203 226	1 203 226	1 515 271
USI Corvo	0	0	-30 174	0	217 571	25 457	212 854	0	0	0	104 972	0	25 214	55 789	0	185 975	185 975	398 829
COA	0	0	-592 903	0	872 252	-7 319	272 030	0	0	0	10 186	0	51 317	95 096	508 579	665 178	665 178	937 208
Subtotal	71 357 282	-5 367 502	-66 408 579	162 171	27 656 633	-681 379	26 718 627	0	877 273	877 273	46 704 585	27 387	4 421 062	8 572 078	508 579	60 233 691	61 110 963	87 829 590
Total	178 323 001	-5 217 940	-149 411 533	162 299	76 222 334	10 643 867	110 722 028	48 305	877 273	925 578	49 257 472	189 331	11 783 594	53 652 653	2 141 143	117 024 193	117 949 772	228 671 799

Quadro A 3: Participações da RAA nas entidades do SPER em 30.06.2024

Participações da RAA	Participação direta	Participações entre empresas do SPER e SFA da Administração Pública Regional								Participação indireta	Total da Participação		Setor Atividade	
		Identificação	RAA	FRACDE	SATA Holding, S.A.	EDA, S.A.	EDA RENOV. S.A.	SEGMA, LDA.	LOTAÇOR, S.A.		PORTOS DOS AÇORES, S.A.	ILHAS DE VALOR, S.A.		RAA
HDES, E.P.E.R.	100,00%										0,00%	100,00%	81 026 512	Saúde
HSEIT, E.P.E.R.	100,00%										0,00%	100,00%	33 732 526	Saúde
HH, E.P.E.R.	100,00%										0,00%	100,00%	33 300 000	Saúde
Sata Holding, S.A.	100,00%										0,00%	100,00%	215 497 101	Transporte aéreos
Sata Air Açores, S.A.			100,00%								100,00%	100,00%		Transporte aéreos
Sata Internacional - Azores Airlines, S.A.			100,00%								100,00%	100,00%		Transporte aéreos
Sata - Gestão de Aeródromos, S.A.			100,00%								100,00%	100,00%		Transporte aéreos
AZORES EXPRESS INC. USA			100,00%								100,00%	100,00%		Transporte aéreos
Atlânticoline, S.A.	100,00%										0,00%	100,00%	7 145 400	Portos e Transportes marítimos
OPERPDL, Lda								20,00%			20,00%	20,00%		Portos e Transportes marítimos
OPERTERCEIRA, Lda								20,00%			20,00%	20,00%		Portos e Transportes marítimos
OPERTRI, Lda.								20,00%			20,00%	20,00%		Portos e Transportes marítimos
Portos dos Açores, S.A.	100,00%										0,00%	100,00%	40 238 700	Portos e Transportes marítimos
Lotaçor, S.A.	100,00%										0,00%	100,00%	5 150 000	Agricultura, pescas e ambiente
Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A.								100,00%			100,00%	100,00%		Agricultura, pescas e ambiente
Ilhas de Valor, S.A.	50,56%	49,44%									49,44%	100,00%	9 000 000	Serviços diversos
PJCSC, Lda.											60,87%	60,87%		Turismo
EDA, S.A.	50,10%										0,00%	50,10%	35 070 000	Energia
Globaleda -Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.					74,90%						37,52%	37,52%		Energia
EDA Renováveis, S.A.					99,68%		0,32%				50,10%	50,10%		Energia
Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção (SEGMA), Lda.					90,00%	10,00%					50,10%	50,10%		Energia
NOS Açores Comunicações, S.A.					6,18%						3,10%	3,10%		Energia
Teatro Micaelense, S.A.	34,47%	65,34%									65,34%	99,81%	12 221 035	Cultura
IROA, S.A.	100,00%										0,00%	100,00%	50 000	Agricultura, pescas e ambiente
Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu, Lda.	31,68%										0,00%	31,68%	1 745 667	Agricultura, pescas e ambiente
Total													474 176 940	

Quadro A 4: Balanço provisório das entidades do SPER em 30.06.2024 - Ativo

Entidades	Ativos Fixos Tangíveis	Propriedades de Investimento	Ativos Intangíveis	Participações Financeiras - método da equivalência patrimonial	Outros Investimentos Financeiros	Outras Créditos a Receber	Ativos por Impostos Diferidos	Total do Ativo Não Corrente	Inventários	Clientes	Estado e Outros Entes Públicos	Outros Créditos a Receber	Diferimentos	Outros Ativos Financeiros	Caixa e Depósitos Bancários	Total do Ativo Corrente	Total do Ativo
HDES, E.P.E.R.	63 365 776	0	13 923	0	376 010	0	0	63 755 709	6 901 187	1 824 249	0	71 669	0	0	4 374 632	13 171 738	76 927 447
HSEIT, E.P.E.R.	7 923 834	0	447 329	0	280 866	0	0	8 652 029	3 824 164	1 416 894	6 597	401 563	242 204	0	3 929 587	9 821 008	18 473 037
HH, E.P.E.R.	17 426 641	0	168 783	0	0	0	0	17 595 424	1 914 044	234 812	0	6 013	33 067	0	492 115	2 680 050	20 275 474
Atlânticoline, S.A.	16 074 853	0	32 940	33 278	31 595	0	0	16 172 666	194 968	6 240 712	74 166	964 484	185	0	203 732	7 678 246	23 850 912
Ilhas de Valor, S.A.	25 180 296	0	4 148	421 784	839 710	0	0	26 445 939	122 371	79 131	19 068	2 591 043	2 890	0	61 278	2 875 780	29 321 718
PJCSC Lda	1 495 889	0	0	0	0	0	0	1 495 889	0	13 448	8 891	0	0	0	468	22 807	1 518 696
Teatro Micaelense, S.A.	8 859 329	0	0	0	796	0	0	8 860 125	940	12 385	10 549	122 773	6 079	0	220 276	373 001	9 233 125
IROA, S.A.	19 230 775	0	0	0	0	0	0	19 230 775	0	21 770	211	3 880 710	2 009	0	80 111	3 984 811	23 215 586
Subtotal EPR	159 557 394	0	667 123	455 062	1 528 976	0	0	162 208 556	12 957 674	9 843 400	119 482	8 038 253	286 433	0	9 362 198	40 607 440	202 815 996
SATA Holding, S.A.	59 621	0	0	38 245 392	0	182 015 450	0	220 320 463	0	0	0	203 386 926	0	923 815	18 638	204 329 379	424 649 842
SATA Air Açores, S.A.	38 345 789	0	24 678	783 013	20 109	714 684	8 137 587	48 025 860	3 469 074	2 920 682	0	38 160 881	0	2 335 739	4 921 186	51 807 563	99 833 422
SATA Internacional, S.A.	129 252 713	0	162 384	0	1 514 342	31 584 730	14 932 811	177 446 980	439 617	76 077 556	0	42 502 298	0	0	2 389 647	121 409 117	298 856 097
SATA Gestão de Aeródromos, S.A.	20 274	0	97 698	0	447	0	121 454	239 873	1 108	10 552	0	13 797 981	0	114 889	30 695	13 955 225	14 195 098
Portos dos Açores, S.A.	484 219 089	0	350 467	1 165 845	53 629	0	40 493	485 829 522	0	8 358 222	807 744	345 178 449	1 530 990	0	6 563 598	362 439 002	848 268 524
Lotaçor, S.A.	30 966 536	0	70 328	4 656 095	36 488	0	0	35 729 447	0	1 597 405	29 893	1 433 845	1 184	0	366 320	3 428 647	39 158 093
Santa Catarina, S.A.	1 988 335	0	0	0	0	3 538 000	0	5 526 335	0	0	9 888	635 185	0	0	198 192	843 265	6 369 600
EDA, S.A.	234 637 982	2 149 817	226 421 609	163 151 243	379 690	0	7 717 795	634 458 136	22 614 133	62 533 912	3 050 002	22 293 243	1 371 537	0	2 318 088	114 180 914	748 639 050
Globaleda, S.A.	836 643	0	6 466	0	20 950	0	117 462	981 520	132 449	761 772	1 415	693 850	644 024	0	1 463 898	3 697 408	4 678 928
EDA Renováveis, S.A.	75 279 782	0	440 981	0	39 446	0	6 380 130	82 140 339	175 132	2 484 708	0	85 182 721	333 914	0	213 035	88 389 510	170 529 849
SEGMA, Lda.	220 885	0	0	0	77 095	156 804	222 177	676 961	439 220	4 085 432	0	7 170 412	94	0	310 843	12 006 000	12 682 961
Subtotal EPnR	995 827 649	2 149 817	227 574 611	208 001 588	2 142 196	218 009 668	37 669 908	1 691 375 436	27 270 733	158 830 241	3 898 942	760 435 790	3 881 742	3 374 443	18 794 139	976 486 031	2 667 861 466
Total	1 155 385 043	2 149 817	228 241 734	208 456 650	3 671 172	218 009 668	37 669 908	1 853 583 992	40 228 407	168 673 641	4 018 424	768 474 044	4 168 175	3 374 443	28 156 337	1 017 093 470	2 870 677 462

Quadro A 5: Balanço provisório das entidades do SPER em 30.06.2024 - Capital Próprio

(euros)

Entidades	Capital subscrito	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos/ Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do capital próprio
HDES, E.P.E.R.	81 026 512	825 034	0	-116 773 308	0	2 856 824	-12 829 935	-44 894 874
HSEIT, E.P.E.R.	33 732 526	226 291	0	-75 992 776	0	3 519 198	-6 689 145	-45 203 907
HH, E.P.E.R.	33 300 000	3 530	0	-48 937 440	0	6 764 422	-3 775 503	-12 644 992
Atlânticoline, S.A.	7 145 400	917 201	0	-1 427 697	0	11 974 079	862 802	19 471 785
Ilhas de Valor, S.A.	9 000 000	905 124	0	4 847 613	0	1 723 695	1 063 795	17 540 226
PJCSC Lda	1 150 000	0	0	-457 069	0	0	-9 027	683 904
Teatro Micaelense, S.A.	12 244 144	117 549	0	-3 669 357	0	0	-23 377	8 668 959
IROA, S.A.	50 000	143 818	0	515 237	0	11 884 056	648 109	13 241 220
Subtotal EPR	177 648 581	3 138 546	0	-241 894 796	0	38 722 274	-20 752 283	-43 137 679
SATA Holding, S.A.	215 497 101	0	-246 569	-1 688 347	0	0	1 559 676	215 121 861
SATA Air Açores, S.A.	16 809 500	1 495 596	3 318 091	-26 187 274	0	0	-8 976 801	-13 540 888
SATA Internacional, S.A.	5 000 000	492 199	-5 112 557	-485 625 036	0	111 673 389	-37 770 062	-411 342 067
SATA Gestão de Aeródromos, S.A.	250 000	91 557	0	1 072 538	0	0	228 283	1 642 378
Portos dos Açores, S.A.	40 238 700	310 000	21 403	-44 525 495	0	585 491 524	508 489	582 044 622
Lotaçor, S.A.	5 150 000	15 000	74 177	-11 107 828	8 903	17 409 091	-1 353 813	10 195 530
Santa Catarina, S.A.	5 000 000	0	0	-567 452	223 547	0	159 945	4 816 039
EDA, S.A.	70 000 000	14 000 000	346 796	128 634 445	0	57 368 376	5 677 778	276 027 394
Globaleda, S.A.	300 000	64 464	500 866	2 360 776	0	0	-603 430	2 622 675
EDA Renováveis, S.A.	23 799 970	4 759 994	14 016	85 730 147	0	29 208 212	7 168 277	150 680 615
SEGMA, Lda.	200 000	46 000	0	9 242 804	0	0	435 638	9 924 442
Subtotal EPnR	382 245 271	21 274 809	-1 083 777	-342 660 723	232 450	801 150 591	-32 966 019	828 192 602
Total	559 893 852	24 413 355	-1 083 777	-584 555 520	232 450	839 872 865	-53 718 302	785 054 923

Quadro A 6: Balanço provisório das entidades do SPER em 30.06.2024 - Passivo

(euros / unidades)

Entidades	Provisões	Financiam. Obtidos	Responsab. por benefícios pós-emprego	Passivos por impostos diferidos	Outras Dívidas a Pagar	Passivos com obrigações contratuais	Total do Passivo não Corrente	Fornecedores	Adiantamentos de Clientes	Estado e Outros Entes Públicos	Financiam. Obtidos	Outras Dívidas a Pagar	Diferimentos	Outros Passivos Financeiros	Passivos com obrigações contratuais	Total do Passivo Corrente	Total do Passivo	Total do Capital Próprio e do Passivo	N.º de colaborad.
HDES, E.P.E.R.	0	0	0	0	0	0	0	86 418 665	3	8 150 926	0	18 581 727	8 671 000	0	0	121 822 321	121 822 321	76 927 447	2 162
HSEIT, E.P.E.R.	0	0	379 724	0	0	0	379 724	43 119 646	122 040	2 319 668	0	10 405 856	7 330 009	0	0	63 297 220	63 676 944	18 473 037	1 291
HH, E.P.E.R.	0	0	1 965 500	0	1 451 876	0	3 417 375	20 153 533	0	1 035 503	0	4 019 054	4 295 000	0	0	29 503 090	32 920 466	20 275 474	546
Atlânticoline, S.A.	675 000	244 444	0	0	0	0	919 444	606 198	0	100 474	2 356 167	396 843	0	0	0	3 459 682	4 379 127	23 850 912	123
Ilhas de Valor, S.A.	0	9 561 029	0	0	0	0	9 561 029	140 002	0	282 513	463 515	1 326 604	7 830	0	0	2 220 464	11 781 493	29 321 718	75
PJCSC Lda	0	833 070	0	0	0	0	833 070	0	0	0	0	1 723	0	0	0	1 723	834 793	1 518 696	0
Teatro Micaelense, S.A.	0	394 296	0	0	0	0	394 296	52 349	0	25 367	23 132	59 006	10 016	0	0	169 870	564 166	9 233 125	23
IROA, S.A.	123 932	1 815 782	0	127 237	1 856 140	0	3 923 092	330 046	0	76 560	1 633 064	517 748	3 493 855	0	0	6 051 274	9 974 366	23 215 586	23
Subtotal EPR	798 932	12 848 621	2 345 224	127 237	3 308 016	0	19 428 030	150 820 439	122 043	11 991 013	4 475 877	35 308 562	23 807 710	0	0	226 525 644	245 953 674	202 815 996	4 243
SATA Holding, S.A.	0	192 633 226	0	0	0	44 262	192 677 488	270 473	0	76	6 752 861	9 793 176	0	20 418	13 489	16 850 493	209 527 981	424 649 842	2
SATA Air Açores, S.A.	613 610	0	11 040 923	0	0	24 385 104	36 039 637	18 334 568	0	77 520	2 725 624	49 945 444	0	1 968 288	4 283 230	77 334 674	113 374 311	99 833 422	1 147
SATA Internacional, S.A.	9 394 069	0	13 122 512	0	182 016 450	90 435 563	294 968 594	36 777 402	0	151 445	619 979	335 459 347	0	5 180 132	37 041 265	415 229 570	710 198 164	298 856 097	808
SATA Gestão de Aeródromos, S.A.	225 000	0	573 068	0	0	0	798 068	2 360 522	0	12 051	650 000	8 682 432	0	49 649	0	11 754 653	12 552 721	14 195 098	34
Portos dos Açores, S.A.	1 217 664	121 819 888	0	0	113 185 712	0	236 223 265	2 127 623	0	1 338 312	8 165 922	18 306 386	62 394	0	0	30 000 638	266 223 903	848 268 524	281
Loçador, S.A.	82 703	20 015 850	0	1 797	2 959 024	0	23 059 374	898 596	0	720 846	1 028 212	3 236 423	19 112	0	0	5 903 189	28 962 563	39 158 093	227
Santa Catarina, S.A.	0	0	0	38 525	0	0	38 525	7 836	0	1 506 565	0	635	0	0	0	1 515 037	1 553 561	6 369 600	0
EDA, S.A.	0	274 305 688	8 208 016	3 231 237	15 173 446	0	300 918 387	18 372 982	0	13 979 688	115 383 295	23 957 303	0	0	0	171 693 269	472 611 656	748 639 050	774
Globalada, S.A.	0	0	0	0	0	0	0	882 829	0	257 838	0	646 256	269 329	0	0	2 056 253	2 056 253	4 678 928	78
EDA Renováveis, S.A.	3 258 980	0	0	0	6 827 063	0	10 086 043	1 447 745	0	3 505 101	554 621	4 255 724	0	0	0	9 763 191	19 849 234	170 529 849	62
SEGMA, Lda.	0	0	0	0	0	0	0	1 219 348	0	339 852	724 388	474 931	0	0	0	2 758 519	2 758 519	12 682 961	57
Subtotal EPnR	14 792 026	608 774 652	32 944 519	3 271 558	320 161 695	114 864 929	1 094 809 380	82 699 925	0	21 889 295	136 604 901	454 758 059	350 835	7 218 487	41 337 984	744 859 485	1 839 668 864	2 667 861 466	3 470
Total	15 590 958	621 623 273	35 289 742	3 398 796	323 469 711	114 864 929	1 114 237 410	233 520 364	122 043	33 880 307	141 080 778	490 066 621	24 158 545	7 218 487	41 337 984	971 385 129	2 085 622 539	2 870 677 462	7 713

Quadro A 7: Condições de financiamento das entidades do SPER em 30.06.2024 - MLP

(euros)

Mutuário	Mutuante	Capital contratado	Data		Taxa de juro		Posição a 30.06.2024	Garantias Concedidas pela RAA/ Observações
			Início	Fim	Indexante	Spread		
Dívida Direta RAA	Dexia	147 500 000	21-08-2015	21-08-2025	1,85%		32 000 000	
	CGD/BPI/BCP	50 000 000	16-11-2015	17-11-2025	Euribor 6M	2,40%	9 375 000	
	BPI - Obrigações - Reestruturação	10 500 000	08-08-2023	08-08-2028	Euribor 6M+ 0,75%		10 500 000	Reestruturado (BPI 10,5M€)
	BST	63 000 000	05-05-2017	05-05-2025	3,80%		10 500 000	Reestruturado com novo plano de amortizações
	BPI	35 000 000	06-06-2017	12-06-2025	Euribor 12M	2,40%	5 833 335	
	NB	30 000 000	12-06-2017	14-06-2027	Euribor 12M	2,40%	30 000 000	
	BST	40 000 000	30-04-2018	30-04-2026	3,25%		13 333 333	Reestruturado com novo plano de amortizações
	CCAMA	50 000 000	08-06-2018	08-06-2028	Euribor 12M	1,75%	43 250 000	
	CCAMA	51 000 000	15-11-2018	15-11-2028	Euribor 12M	1,75%	44 115 000	
	CA/BK	223 500 000	23-07-2019	29-06-2029	1,0060%		223 500 000	
	NB	25 000 000	10-03-2020	10-03-2025	Euribor 6M	0,95%	10 000 000	Assunção de dívida dos Hospitais
	NBAçores	1 500 000	19-02-2020	19-02-2025	Euribor 6M	1,25%	300 000	Assunção de dívida dos Hospitais
	BPI	12 368 873	14-01-2020	29-01-2026	Euribor 6M	2,50%	4 122 958	Assunção de dívida dos Hospitais
	BST	24 500 000	20-02-2020	20-02-2024	Euribor 12M	2,00%	0	Assunção de dívida dos Hospitais
	BST	29 800 000	05-02-2020	05-03-2025	Euribor 12M	2,25%	5 960 000	Assunção de dívida da Saudaçor
	BI/BBVA/BK/CA	180 000 000	06-05-2020	08-04-2027	1,4480%		180 000 000	
	CGD/BCP	200 000 000	20-05-2020	20-05-2030	1,5500%		200 000 000	
	Subtotal		1 173 668 873					822 789 626

(euros)

Mutuário	Mutuante	Capital contratado	Data		Taxa de juro		Posição a 30.06.2024	Garantias Concedidas pela RAA/ Observações
			Início	Fim	Indexante	Spread		
	BPI/CGD e CA/BK	285 000 000	07-10-2020	14-04-2026	0,6030%		285 000 000	
	CBI/CA/DB/BCP	435 000 000	27-09-2021	27-09-2036	1,0950%		435 000 000	
	CBI/CA/DB/BCP	455 000 000	06-04-2022	06-04-2032	2,1630%		455 000 000	
	BI/Bankinter/BBVA/DB	230 000 000	26-06-2023	17-10-2028	3,7230%		230 000 000	
	CCAMA	32 000 000	28-06-2023	28-06-2034	Euribor 3M	0,46%	32 000 000	
	Estado Português	110 000 000	14-06-2024	15-06-2031	Fixa a 3,262%		110 000 000	
	BCP	11 000 000	01-09-2009	01-09-2024	Euribor 3M	2,25%	250 000	Assunção de dívida da SPRHI
	Montepio	2 500 000	18-03-2014	18-03-2024	Euribor 6M	2,00%	0	Assunção de dívida da SPRHI
	IHRU	1 713 368	02-10-2014	15-12-2028	Euribor 3M	2,45%	622 157	Assunção de dívida da SPRHI
	IHRU	608 621	03-10-2014	15-12-2028	Euribor 3M	2,45%	221 002	Assunção de dívida da SPRHI
	BPG	4 000 000	19-04-2017	19-04-2025	Euribor 3M	2,80%	563 409	Assunção de dívida da SPRHI
	BIC	17 600 000	08-06-2018	08-06-2025	Euribor 6M	1,95%	12 533 334	Assunção de dívida da SPRHI
	NB	50 000 000	29-11-2018	13-11-2028	Euribor 6M	0,95%	25 000 000	Assunção de dívida da Sudaçor (restruturado com novo plano de amortizações)
	BI/BST	120 000 000	01-10-2019	01-10-2027	0,4910%		120 000 000	Assunção de dívida da Sudaçor
	BST	25 400 000	16-10-2019	16-10-2026	1,5260%		12 700 000	Assunção de dívida da Sudaçor (restruturado com novo plano de amortizações)
	BCP	55 000 000	11-12-2019	23-03-2028	0,8500%		55 000 000	Assunção de dívida da Sudaçor
	CGD	124 656 496	28-06-2022	05-07-2034	Euribor 12M	1,50%	114 268 454	Agregação de 3 empréstimos
	Bankinter	2 200 000	28-05-2020	29-05-2025	Euribor 12M	1,35%	520 478	Assunção de dívida da SINAGA
	BST	6 941 000	28-01-2015	28-10-2026	2,75%		4 843 138	Assunção de dívida da SINAGA (reestuturado com novo plano de amortizações)
	CEMAH	4 581 434	30-06-2017	30-03-2028	Euribor 12M	2,00%	2 491 309	Assunção de dívida da SINAGA
	BPG	1 750 000	30-11-2017	30-11-2026	Euribor 6M	1,80%	1 604 167	Assunção de dívida da SINAGA
	NBAçores	1 869 117	18-12-2017	18-06-2025	Euribor 12M	1,25%	1 433 056	Assunção de dívida da SINAGA
	CCAMA	8 000 000	03-02-2022	07-03-2032	Euribor 12M	1,75%	6 610 159	Agregação SINAGA+Santa Catarina
	CEMAH	900 000	29-10-2020	29-10-2030	Euribor 12M	1,00%	728 149	Assunção de dívida da Azorina
	CEMAH	800 000	25-06-2015	25-06-2025	Euribor 12M	2,00%	55 860	Assunção de dívida da Azorina
	NBAçores	4 030 146	23-02-2022	30-03-2030	Euribor 12M	1,25%	2 686 764	Agregação operações Azorina
	DB	155 000 000	25-05-2022	06-11-2030	3,00%		155 000 000	Assunção dívida SATA
	BPI	37 500 000	23-10-2020	19-08-2028	2,76%		15 833 779	Assunção dívida SATA
	BIC	5 500 000	21-06-2017	21-06-2029	Euribor 12M	2,38%	2 698 758	Assunção dívida Lotaçor
	BCP	5 500 000	04-04-2019	04-04-2031	Euribor 6M	1,95%	3 630 719	Assunção dívida Lotaçor
	BST	4 400 000	11-04-2018	11-12-2025	Euribor 12M	2,00%	2 750 000	Assunção dívida Lotaçor (Reestuturado com novo plano de amortizações)
	CEMAH	1 759 630	24-01-2023	18-01-2029	Euribor 12M	2,00%	1 501 051	Agregação das operações Lotaçor
	NBAçores	4 600 000	05-05-2022	05-05-2037	2,5700%		1 091 894	Assunção parcial de dívida da Lotaçor
	Subtotal	3 378 478 685					2 914 427 263	

(euros)

Mutuário	Mutuante	Capital contratado	Data		Taxa de juro		Posição a 30.06.2024	Garantias Concedidas pela RAA/ Observações
			Início	Fim	Indexante	Spread		
RAA Leasing	CGD	5 035 487	21-05-2020	20-05-2035	0,84%		3 575 619	
	BPI	1 411 670	15-07-2022	15-07-2037	2,77%		1 239 751	
	Subtotal	6 447 157					4 815 369	
Atlânticoline, S.A.	Montepio Geral	500 000	09-10-2020	09-10-2026	Euribror 6M	0,65%	311 111	
	Subtotal	500 000					311 111	
Ilhas de Valor, S.A.	BST	752 672	25-11-2009	25-11-2027	Euribor 6M	3,50%	279 564	
	BST	998 658	25-11-2009	25-11-2027	Euribor 6M	3,50%	370 930	
	BST	700 000	19-12-2018	19-09-2024	Euribor 12M	1,70%	39 236	Aval N.º 11/18
	NBAçores	6 660 000	23-01-2019	29-01-2027	Euribor 12M	1,75%	4 002 857	Aval N.º 02/19
	Bankinter	3 500 000	31-05-2019	02-12-2025	Euribor 12M	1,55%	1 053 880	Aval N.º 07/19
	NBAçores	2 700 000	28-05-2020	28-05-2026	Euribor 1 M	1,75%	1 350 000	Aval N.º 04/20
	CEMAH	2 840 000	29-12-2022	30-06-2035	Euribor 12M	1,50%	2 403 077	Assunção de Dívida do Campo de Golfe Terceira (RCG N.º 108/2022)
BPG	1 050 000	29-12-2022	31-03-2026	Euribor 6M	4,00%	525 000	Assunção de Dívida do Campo de Golfe Terceira (RCG N.º 108/2022)	
	Subtotal	19 201 330					10 024 544	
Teatro Micaelense, S.A.	Bankinter	486 000	28-12-2021	28-12-2031	Euribor 12M	0,90%	417 428	Aval N.º 05/21
	Subtotal	486 000					417 428	
IROA, S.A.	CCAMA	4 000 000	01-02-2019	01-02-2029	EURIBOR 6M	1,75%	2 006 346	Aval N.º 01/19
	Subtotal	4 000 000					2 006 346	
SATA Holding, S.A.	BPI	40 000 000	30-09-2022	31-08-2028	Euribor 12M	1,15%	40 000 000	Aval N.º 03/22
	BIC	30 000 000	16-11-2022	16-11-2028	EUR 3M	1,15%	30 000 000	Aval N.º 05/23
	DB	65 000 000	24-10-2022	24-10-2028		2,85%	65 000 000	Aval N.º 04/24
	DB	65 000 000	20-12-2018	20-12-2028		2,71%	65 000 000	Aval N.º 14/18
	Subtotal	200 000 000					200 000 000	
SATA Air Açores, S.A.	CCAMA	4 000 000	23-09-2014	23-03-2025	Euribor 6M	4,25%	333 296	
	RCI	26 620	28-12-2018	28-01-2024		4,30%	0	
	NB	40 500 000	22-09-2017	22-12-2030		4,45%	25 967 760	
	Subtotal	44 526 620					26 301 055	
SATA Internacional, S.A.	CCAMA	4 000 000	23-09-2014	23-03-2025	Euribor 6M	4,25%	333 296	
	Subtotal	4 000 000					333 296	

(euros)

Mutuário	Mutuante	Capital contratado	Data		Taxa de juro		Posição a 30.06.2024	Garantias Concedidas pela RAA/ Observações
			Início	Fim	Indexante	Spread		
Portos dos Açores, S.A.	BPI	11 600 000	14-06-2019	14-12-2030	Euribor 12M	1,48%	8 736 632	Aval N.º 06/19
	BPI	4 700 000	26-12-2019	26-06-2031	Euribor 12M	0,70%	3 705 579	Aval N.º 10/19
	BPI	9 755 000	04-06-2020	04-06-2030	Euribor 6M	1,00%	6 674 474	Aval N.º 03/20
	BPI	8 900 000	09-06-2021	09-06-2031	Euribor 6M	0,38%	6 511 053	Aval N.º 03/21
	BPI	11 400 000	02-06-2023	02-06-2033	Euribor 6M	0,76%	10 440 000	Aval N.º 01/23
	BPI	20 000 000	21-06-2024	21-06-2034	Euribor 12M	0,38%		Aval N.º 02/24
	BST	12 500 000	31-05-2016	30-11-2027	Euribor 12M	2,49%	8 517 699	Aval N.º 07/16
	BIC	7 000 000	21-06-2017	21-12-2028	Euribor 6M	2,38%	4 509 734	Aval N.º 07/17
	BIC	3 262 500	06-06-2018	06-12-2024	Euribor 6M	1,75%	1 794 375	Aval N.º 06/18
	BIC	5 637 500	06-06-2018	06-12-2024	Euribor 6M	1,75%	3 131 945	Aval N.º 06/18
	Bankinter	1 766 000	06-12-2017	06-05-2029	Euribor 12M	1,90%	933 400	Aval N.º 14/17
	Bankinter	4 000 000	13-11-2018	13-04-2030	Euribor 12M	1,75%	2 480 530	Aval N.º 12/18
	Bankinter	60 000 000	02-06-2023	02-06-2026	Euribor 6M	0,70%	60 000 000	Aval N.º 03/23
	NB	7 100 000	09-05-2022	09-05-2032	Euribor 6M	0,75%	6 271 667	Aval N.º 01/22
NBAçores	7 100 000	09-05-2022	09-05-2032	Euribor 6M	0,75%	6 271 667	Aval N.º 01/22	
Subtotal		174 721 000					129 978 753	
Lotaçor, S.A.	BPI	5 000 000	25-03-2020	25-03-2035	Indexante fixo de 1%		3 771 930	Aval N.º 01/20
	BPI	8 520 000	18-05-2021	18-05-2036	Indexante fixo de 0,945%		7 042 544	Aval N.º 02/21
	NBAçores	4 600 000	05-05-2022	05-05-2037	Indexante fixo de 2,57%		3 035 804	Aval N.º 02/22 (Dívida Parcialmente Assumida RAA)
	CCAMA	200 000	29-12-2011	01-01-2027	Euribor 6M		47 064	
	CEMAH	4 000 000	22-05-2023	22-05-2030	Euribor 3M	0,64%	3 688 312	Aval N.º 04/23
	NBAçores	1 700 000	19-05-2023	19-05-2033	Euribor 1M	0,80%	1 609 735	Aval N.º 02/23
	BST	1 500 000	17-07-2007	17-07-2032	Euribor 1M	2,75%	598 673	
	Bankinter	2 000 000	24-06-2024	24-06-2031	Euribor 6M	0,60%	1 250 000	Aval N.º 01/24
Subtotal		27 520 000					21 044 062	

(euros)

Mutuário	Mutuante	Capital contratado	Data		Taxa de juro		Posição a 30.06.2024	Garantias Concedidas pela RAA/ Observações	
			Início	Fim	Indexante	Spread			
EDA, S.A.	BPI	40 000 000	16-02-2016	16-02-2026	Euribor 6M	1,75%	8 000 000		
	BST	7 500 000	23-08-2019	23-08-2029	Euribor 12M	1,22%	5 156 250		
	NBAçores	7 500 000	04-11-2019	04-05-2029	Euribor 12M	1,10%	5 156 250		
	BEI	15 000 000	30-09-2010	15-09-2024		1,12%	1 363 636		
	BEI	6 000 000	26-11-2012	15-09-2024	Euribor 6M	0,82%	545 455		
	BEI	30 000 000	29-10-2014	29-10-2032		1,33%	18 214 286	Aval N.º 03/14	
	BEI	4 500 000	29-04-2017	29-04-2035		1,58%	3 535 714	Aval N.º 03/14	
	BPI	20 000 000	29-07-2019	29-07-2029		1,08%	13 750 000		
	CBI	20 000 000	25-07-2019	25-07-2029		1,10%	13 750 000		
	BBVA	25 000 000	08-03-2022	08-03-2032		1,56%	20 000 000		
	BCP	30 000 000	29-11-2022	29-11-2028		2,90%	25 000 000		
	BPI	60 000 000	17-11-2019	17-11-2024	Euribor 6M	0,23%	16 000 000		
	NB	50 000 000	11-11-2021	11-11-2026	Euribor 6M	0,98%	50 000 000		
	Montepio Geral	10 000 000	14-06-2019	14-06-2024	Euribor 6M	0,75%	10 000 000		
	BIC	25 000 000	05-11-2021	05-12-2026	Euribor 6M	1,00%	25 000 000		
	BIC	20 000 000	31-05-2023	31-05-2031	Euribor 6M	1,00%	18 666 667		
	CB	20 000 000	17-10-2023	17-10-2031		4,26%	20 000 000		
	BPI	50 000 000	15-12-2023	15-12-2033	Euribor 6M	0,98%	50 000 000		
		Subtotal	440 500 000					304 138 258	
	EDA Renováveis, S.A.	BEI	6 000 000	26-11-2012	15-09-2024	Euribor 6M	0,82%	545 455	
	Subtotal	6 000 000					545 455		
	Total RAA 1)	3 384 925 842					2 919 242 633		
	Total EPR 2)	24 187 330					12 759 429		
	Total EPnR 3)	897 267 620					682 340 879		
	Total Avaes	453 087 000					380 996 825		
	Total SPER 4) = 2) + 3)	921 454 950					695 100 307		
	Total Geral 1) + 4)	4 306 380 792					3 614 342 940		

Quadro A 8: Condições de financiamento das entidades do SPER em 30.06.2024 - CP

(euros)

Mutuário	Mutuante	Capital contratado	Data		Taxa de Juro		Posição a 30.06.2024	Garantias Concedidas pela RAA
			Início	Fim	Indexante	Spread		
RAA	BI/BBVA	200 000 000	15-01-2020	15-01-2025	A definir em cada emissão		0	
	BPI	75 000 000	28-12-2023	31-12-2024	Euribor 6M	0,40%	45 000 000	
	BST	100 000 000	27-02-2024	31-12-2024	Euribor 12M	0,50%	43 512 500	
	CGD	50 000 000	20-12-2023	31-12-2024	Euribor 12M	0,10%	50 000 000	
	Subtotal	425 000 000					138 512 500	
Atlânticoline, S.A.	Montepio	1 000 000	04-09-2018	Renovável	Euribor 6M	0,85%	840 000	Carta Conforto
	NBAçores	3 500 000	16-07-2014	Renovável	Euribor 12M	1,25%	1 449 500	Carta Conforto
	Subtotal	4 500 000					2 289 500	
Ilhas de Valor, S.A.	NBAçores	500 000	12-10-2013		Euribor 6M	6,50%	0	
	Subtotal	500 000					0	
Teatro Micaelense, S.A.	BCP	100 000	11-02-2005	Renovável	Euribor 6M	3,25%	0	
	BCP	3 000	29-01-2019		18,10%		0	
	Subtotal	103 000					0	
IROA, S.A.	CCAMA	1 500 000	31-05-2022	-	Euribor 12M	1,25%	1 442 500	
	Subtotal	1 500 000					1 442 500	
Sata Air Açores, S.A.	CCAMA	2 916 706	28-11-2023	27-01-2024	Euribor 3M	1,25%	0	Carta Conforto
	CCAMA	2 500 000	21-03-2024	21-03-2025	Euribor 12M	1,25%	87 500	
	Subtotal	5 416 706					87 500	
Sata Internacional, S.A.	CCAMA	6 393 111	29-11-2023	29-01-2024	Euribor 3M	1,25%	0	Carta Conforto
	BPI	9 309 818	07-12-2023	31-01-2024	Euribor 3M	1,35%	0	Carta Conforto
	CCAMA	2 500 000	21-03-2024	21-03-2025	Euribor 12M	1,25%	285 000	
	Subtotal	18 202 929					285 000	
SATA Gestão de Aeródromos, S BST		1 000 000	06-10-2019	Renovável	Euribor 12M	4,50%	650 000	
	Subtotal	1 000 000					650 000	

(euros)

Mutuário	Mutuante	Capital contratado	Data		Taxa de Juro		Posição a 30.06.2024	Garantias Concedidas pela RAA
			Início	Fim	Indexante	Spread		
Portos dos Açores, S.A.	BPI	96 872	15-05-2021	15-05-2024	Euribor 6M	1,00%	0	
	BST	1 000 000	28-04-2021	Renovável	Euribor 12M	2,90%	0	Carta Conforto
	BST	24 600	13-12-2017	01-06-2024	Euribor 12M	1,50%	0	
	BST	37 257	15-01-2022	15-01-2025	Euribor 12M	1,25%	7 057	
	Subtotal	1 158 729					7 057	
Lotaçor, S.A.	BST	500 000	12-09-1997	Renovável	Euribor 12M	3,50%	0	
	NBAçores	250 000	14-02-2014	Renovável	Euribor 12M	3,50%	0	Carta Conforto
	BCP	500 000	15-04-2011	Renovável	Euribor 12M	2,35%	0	
	Subtotal	1 250 000					0	
EDA, S.A.	BPI	9 000 000	15-03-2003	Renovável	Euribor1M	0,60%	7 500 000	
	BCP	10 000 000	28-12-2001	Renovável	Euribor1M	0,40%	2 000 000	
	BST	8 000 000	15-04-2010	Renovável	Euribor 3M	0,60%	0	
	CBI	60 000 000	26-06-2020	26-06-2025	A definir em cada emissão		0	
	NBAçores	7 000 000	03-08-2021	04-05-2025	Euribor1M	0,25%	7 000 000	
	CGD	5 000 000	22-03-2002	Renovável	Euribor 12M	0,35%	0	
	Montepio	9 500 000	14-06-2006	Renovável	Euribor 6M	0,35%	0	
	Bankinter	9 000 000	23-05-2018	Renovável	Euribor 12M	0,60%	0	
	Haitong	30 000 000	30-11-2016	30-11-2024	A definir em cada emissão		0	
	Invest	20 000 000	04-05-2020	04-05-2025	A definir em cada emissão		0	
	Subtotal	167 500 000					16 500 000	
	Total RAA 1)	425 000 000					138 512 500	
	Total EPR 2)	6 603 000					3 732 000	
	Total EPnR 3)	194 528 365					17 529 557	
	Total SPER 4) = 2) + 3)	201 131 365					21 261 557	
	Total Geral 1) + 4)	626 131 365					159 774 057	

ORAA

2025 ORÇAMENTO DA
REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



GOVERNO
DOS AÇORES